



Escola de Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas

8

" A Cidade, a Cultura, e a Ideologia da Cultura "

Curso de Mestrado em Administração

Área de Concentração: Administração e Planejamento Urbano

Professor Orientador: Luis Carlos Bresser Pereira

Aluna: Yone Moreira Fernandes

Janeiro, 1985

APRESENTAÇÃO

Pois aqui está Salvador, tal como eu a leio agora.

Por dificuldades inerentes ao trabalho acadêmico desenvolvido em condições não-acadêmicas, modificou-se substancialmente o projeto em que me propunha a estudar a intervenção planejadora esta tal sobre Salvador e entorno. De outra parte, o que a princípio considerei como texto de base, memória auxiliar, acabou por revelar uma alternativa de encaminhamento do estudo, na qual deixei-me embarcar - convencida de que as restrições, em termos de tem po e recursos materiais não me permitiriam levar adiante uma pes quisa de campo minimamente consequente. Posto isso, devo dizer que ao longo de boa parte de minha vida, estive cercada de Salva dor por todos os lados e em todos os sentidos. Pensei então que seria justo e eventualmente interessante, inverter tal relação: tentar reconhecer Salvador, abordá-la, fazendo-a meu objeto de estudo. Tomando-a pelo fio da História, fui aos poucos tentando reconstituí-la para os efeitos dessa nova leitura, deixando tam bém que o texto abrisse seu caminho, com um certo descompromisso inicial, eu diria.

Efetivamente escrevi o texto com prazer. Pensei havê-lo concluí do quando, em face das dificuldades já mencionadas, decidi ousa damente, a partir do meu "divertissement" histórico-literário che gar a um trabalho acadêmico o que, é certo, implicou mais alguns meses de pesquisa bibliográfica e certamente, maiores preocupa ções de ordem conceitual e metodológica. Em última análise, a questão era basicamente buscar na teoria, os instrumentos que pos sibilitassem, aprofundar a discussão dos temas sugeridos ao lon do da exploração preliminar, seja mediante a explicitação de deter minados conceitos apenas implícitos no texto, seja mediante a ve

rificação de "achados" súbitos.

O retorno à teoria, ainda que me tenha fornecido bem mais perguntas que respostas, há de ter contribuído no mínimo para a fixação dos limites do próprio trabalho. Trata-se de uma tentativa de interpretação de uma cidade, tendo como eixo, a questão da cultura. Neste sentido, o fragmento citado a seguir, expressa com bastante clareza a posição aqui assumida, ainda que se refira especificamente à relação sujeito-objeto em antropologia:

"Como o significado de um objeto(...) é dado pelo contexto social em que ele se localiza(...), é claro que o significado da realidade que o antropólogo enfrenta vai depender da sua percepção, a qual por sua vez, é limitada e controlada pela sua experiência social no sentido mais amplo possível. É a percepção das coisas que vai definir o que é "interessante", e o que é "problemático" e é essa mesma preocupação que vai definir os rumos da interpretação. Afinal de contas, nenhum antropólogo, hoje em dia, pensa em explicar um assunto qualquer" (Fry, 1982.p.11).

Com respeito a minha "experiência social", conforme havia dito, vivo cercada por Salvador há tanto tempo que talvez seja mesmo uma temeridade tentar cercá-la, dado o risco de produzir apenas um pouco mais de ideologia a respeito da cidade - trabalho, aliás, absolutamente desnecessário. Conquanto essa "experiência social" seja irremovível, não deve necessariamente constituir-se em impedimento absoluto para o que se propõe aqui. Há de haver precedentes... Em todo caso, é uma vantagem conhecer "a priori", tal limitação. Mas além desta dificuldade de ordem subjetiva, existem outras - mais preocupantes, na verdade - inerentes à própria complexidade do objeto.

Estudar uma cidade significa ter em mãos uma certa variedade de fatos e processos cuja expressão se dê a nível do espaço urbano - embora não necessariamente tenham origem ou se completem dentro dos limites da cidade. Trata-se de fatos ou processos não raro, concomitantes e mutuamente interferentes. A urbe é o espaço con

centrador por excelência - de riqueza, de população, de atividades e efetivamente, de poder - capaz de acumular diferentes tempos e movimentos.

Desde há muito tempo, a cidade tem sido assunto para os mais diversos ramos de conhecimento, alimentando polêmicas e suscitando direta ou indiretamente uma produção teórica razoavelmente vasta. Ao que parece, todavia, um aspecto básico nessas discussões, diz respeito à existência de duas posturas básicas, "a priori": uma, tendente a considerar a cidade como categoria explicativa "per se"; outra, que limita em maior ou menor grau essa possibilidade de auto-explicação, relacionando o chamado "fenômeno urbano" a uma problemática mais geral, onde a cidade não seria vista como totalidade em si, mas como lugar de manifestação dessa totalidade.

Os autores "clássicos" até Weber, embora não houvessem tratado a questão urbana "per se", referiram-se com frequência à cidade enquanto expressão concreta de modo como se organizam as relações econômico-sociais.

Em Adam Smith, a cidade é basicamente o lugar do mercado, vivendo às custas do excedente gerado no campo, o que entretanto não configuraria um abalo irreparável do equilíbrio geral, posto que a cidade também contribuiria, para a melhoria das condições rurais.

Durkheim descreve a cidade como expressão da especialização, da individualidade e da liberdade, enquanto Marx refere-se a ela como resultado da concentração (populacional, de capitais, de instrumentos de produção, etc), em oposição ao campo, que expressaria a dispersão. A separação cidade e campo seria, em última análise, a mais importante manifestação da divisão do trabalho. Não existe todavia, nesta perspectiva, uma definição de cidade em geral, mas de questões inerentes à cidade ou a algumas cidades.

Finalmente, em Weber concentramos uma tentativa explícita de trabalhar o conceito de cidade, embora no interior de uma problemática mais ampla - o Capitalismo. Através de uma rede conceitual, constituída por tipos ideais, o autor permite concluir que não há uma trajetória única para o surgimento da cidade capitalista ocidental.

dental, eliminando-se também neste caso a possibilidade (ou utilidade) de um conceito geral de cidade, mesmo se nos restringirmos à cidade ocidental e cristã.

Embora tenha sido objeto de reflexões desde a Antiguidade Clássica, o interesse em investigar o chamado "fenômeno urbano" em si mesmo, é relativamente recente. A chamada "Sociologia Urbana" surge como uma resposta aos problemas inerentes ao notável crescimento das grandes cidades americanas, na última passagem do século, como decorrência da industrialização e da imigração européia. Conforme assinala Gilberto Velho, tratava-se de elaborar soluções imediatas, não havendo portanto muito tempo para definições teóricas mais rigorosas (Velho, 1976, pg.7).

Data de 1916 o artigo-manifesto de Robert E. Park, "The City: Suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment". Nele são lançadas as bases da abordagem da cidade como formação ecológica, as quais deverão nortear os trabalhos da Escola de Chicago, no que tange aos estudos urbanos. Park e seus seguidores (principalmente Burgess e Mc Kenzie) concentram sua investigação nas relações entre população e meio-ambiente, numa perspectiva darwinista, estudando fenômenos como migrações, permanência e estabilidade dos grupos sociais ou ainda os processos de segregação, sucessão ou invasões, no espaço urbano. Destarte, tudo parecia redutível ao processo de seleção natural, de validade universal, sendo notável a preocupação de atribuir um cunho "científico" ao discurso sobre a cidade - comparada por Park a um "laboratório ou clínica onde a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados conveniente e proveitosamente".

Apesar de tudo, a Escola de Chicago influenciou grandemente o pensamento norte-americano até os anos 1930, ressurgindo posteriormente, nos anos 1960. É enfim, a partir de suas formulações que se realiza uma vasta produção acerca do urbano: desde Wirth, nos anos 1930, com sua abordagem psicossocial do modo de vida urbano, até ROBINSON que na década de 1960, preocupou-se em recuperar os conceitos darwinistas de segregação, dominância, invasão, sucessão, etc., associando ecologia humana e geografia, na interpretação das relações entre espaço e estrutura social urbana.

A principal falha geralmente apontada nas formulações da Escola de Chicago refere-se ao fato de que nelas a cidade aparece como ente genérico, abstrato, sem vinculações muito claras com a sociedade em seu conjunto, além de que muitas das generalizações propostas tomaram como ponto de partida, características específicas da cidade de Chicago.

Crítica semelhante é feita em relação à abordagem da economia neoclássica, que embora não trate explicitamente a questão urbana, trata de problemas pertinentes à cidade. Todavia, ao pressupor o equilíbrio geral, acaba por produzir modelos abstratos, bem acabados a nível da forma, mas de difícil transposição para o concreto, como é o caso das teorias locacionais.

No correr dos anos 1960 e 1970 a tendência a desdobrar a chamada "questão urbana" em várias, vinculando a discussão da cidade a uma problemática mais abrangente, ganha uma certa força, sendo desses anos os principais trabalhos de Lojkin, Castels, Harvey e outros, acerca do tema. Tenta-se assim retomar as discussões nos termos propostos por Marx e Weber, procurando-se maior consistência teórica no tratamento dos temas urbanos. Deixa de ser relevante então, a busca de uma definição geral ou de um modelo de cidade, em abstrato, voltando-se as preocupações para o modo pelo qual determinadas "leis gerais" manifestar-se-iam concretamente no urbano. Com efeito, a concentração parece ser um elemento favorável à observação de fenômenos da vida social. "A vida urbana supõe encontros, confrontações de diferenças, conhecimento e reconhecimento recíprocos (inclusive no afrontamento ideológico e político), de maneiras de viver, de "patterns" que coexistem na cidade" (Lefebvre, 1968, pg.17)

Destarte, tendo como referência empírica Salvador e seu entorno imediato, interessa-nos aqui examinar historicamente o modo como se organiza, na cidade, a dimensão cultural, no interior de relações econômico-sociais. Mais especificamente trata-se de investigar o modo pelo qual se produz, na cidade, um conjunto de significados comuns aos seus habitantes - ou pelo menos a uma

grande parte deles - isto é, até que ponto faria sentido a expressão "cultura urbana".

O que torna uma cidade "significativa" enquanto lugar de cultura? qual o lugar dos mitos, qual o lugar dos fatos?

É claro que a cidade, enquanto espaço construído, possui, em tese, a faculdade de guardar fisicamente a história daqueles que a habitaram ao longo do tempo. Essa possibilidade de armazenar a memória coletiva - no traçado das ruas, nas edificações, monumentos, espaços de lazer e convivência, etc. - pode ser essencial enquanto referência cultural: significados produzidos, memória do tempo. Na medida em que esses "guardados" sejam também usados, vivenciados e acessíveis ao conjunto da população, no seu cotidiano, tendem a ser transformados, não apenas fisicamente, mas também, mediante a renovação, recriação e atualização de significados.

Numa primeira aproximação, a cultura seria assumida como um processo de produção, reprodução e transformação de significados. E a cidade seria não apenas expressão físico-espacial da produção cultural anterior mas, lugar e elemento integrante desse processo. Ela poderia caracterizar como também ser caracterizada por uma certa produção cultural, na medida em que o modo como se processam historicamente as relações sociais permita a elaboração de significados comuns aos seus habitantes - ou a uma parte significativa delas. Isto não implica, por outro lado em apaziguamento e diluição de conflitos - ainda que esses elementos possam ser encontrados no interior do discurso dominante, acerca da cultura.

A formação de uma base cultural comum pressupõe, é certo, a interação entre os diferentes grupos sociais que habitam a cidade. Todavia, esta "síntese", quando ocorre, faz-se no bojo das relações sociais, resultando portanto de um processo complexo e contraditório onde se incluíam submissão e enfrentamento, tolerância e repressão, resistência e cooptação... De todo modo é preciso que haja evidentemente, a mínima possibilidade de expressão

cultural para que um grupo social se mantenha enquanto tal.

Na verdade, a cultura é um campo de enfrentamento, onde o objetivo se traduz em dominação de um grupo sobre os demais, com a corrente imposição dos padrões desse grupo, como representativos da sociedade em seu conjunto. Entretanto, a violência não é o elemento principal de explicação, nesse caso, e nem sempre são explícitos os processos de interpenetração cultural. Com efeito, destruir fisicamente uma população pode exigir menos competência do que aniquilar sua cultura.

Obviamente, não é nosso propósito tecer longas considerações acerca de cultura urbana em geral. Antes, trata-se de situar o problema da cultura, a partir de um certo referencial teórico, tentando ao mesmo tempo estabelecer vinculações com uma realidade urbana concreta.

Em se tratando de Salvador, há indicações de que a abordagem proposta seja pertinente, sobretudo em razão da vasta mitologia que se erigiu em torno da cidade, dificultando eventualmente a percepção dos fatos. Parece-me necessário portanto, operar diferentemente com as categorias cultura e ideologia, conquanto na literatura encontrem-se frequentemente ambos os conceitos empregados indistintamente. Ainda que ambas se inscrevam no domínio das chamadas superestruturas, e que haja certos pontos em comum, a nível teórico - ambas referindo-se à produção de significado e sendo socialmente determinadas - preferimos considerar ideologia como uma deformação imaginária do real (Althusser, 1974, pg.77s), distinguindo-a conceitualmente do que seja cultura. No que concerne a esta última, é notório que as ciências sociais têm sido pródigas em elaborações conceituais quase sempre bem abrangentes, porém, não necessariamente capazes de instrumentar a observação. Aí encontramos desde as definições relativistas de cultura como "tudo o que se opõe à natureza" - concebidas em oposição à abordagem etnocêntrica que no último século, ajudara a festejar a expansão de impérios coloniais - até aquelas mais ricas e elaboradas. "O principal objetivo de uma boa definição", segundo Malinowski, "é apresentar os problemas pertinentes e apontar os grupos de fatos que precisam ser investigados a fim de se obter respostas corretas aos problemas propostos" (Malinowski 1913, apud Durham, 1978, pg.16).

Portanto, antes de tudo, a definição deve ser um instrumento que destaque os problemas do objeto.

A partir da literatura consultada, sugerimos que um conceito operacional de cultura deva conter basicamente os seguintes elementos:

- a) A concepção de cultura como processo historicamente referenciado, "relativamente autônomo", isto é, embora sendo parte de uma totalidade, determinada em última análise pela base econômica, a dimensão cultural possui uma dinâmica própria, a qual não é imediatamente dada a partir das relações econômicas ou redutível a elas;
- b) diferenciando-se de ideologia, enquanto deformação do real ou representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência, a cultura não apenas representaria a sociedade mas atuaria na transformação das estruturas sociais. Conquanto esse papel transformador também seja percebido por alguns autores, como inerente às chamadas "ideologias historicamente orgânicas" (Gramsci, 1981, pg.62), esta não parece ser a idéia dominante na literatura consagrada ao tema (García, 1983, pg.29s), prevalecendo assim a diferenciação proposta para os fins deste trabalho.

De todo modo, os elementos ora sugeridos destinam-se a comportar somente uma primeira orientação, num processo que supõe uma constante confrontação entre a base conceitual e os fatos observados, de modo que a primeira organiza a observação, sendo todavia, continuamente comparada aos fatos, que poderão assim, modificá-la, corrigindo-se, em consequência, os rumos da observação e assim por diante (Dirham, 1978, pg.16).

Nesta perspectiva, teríamos a cultura de um grupo social como o processo pelo qual esse grupo elabora, organiza e reelabora conceitos, símbolos - significados - através dos quais interpreta, representa, reproduz ou transforma suas condições de existência. Entende-se portanto, que a dimensão cultural deva ser compreendida

no interior de uma totalidade, onde "qualquer prática é simultaneamente econômica e simbólica" (García, po. cit., pg.30).

Neste ponto retomamos a questão da cultura na cidade, onde existe em princípio a possibilidade de coexistência de diferentes grupos sociais, portadores de referências culturais diversas. Do modo como se relacionam esses grupos dependerá basicamente o processo de produção de cultura na cidade, assim como a própria constituição da cidade como produto cultural.

O que aqui chamamos "cultura urbana" seria um conjunto de significados compartilhados, nada tendo a ver com a existência de pontos de contato entre "ghettos" culturais, mas sobretudo indicando a existência de um processo contínuo de criação e transformação de significados comuns e ao mesmo tempo, transformador das relações sociais.

Com relação a Salvador, há indicações da existência de significados comuns aos seus habitantes, restando pois verificar até que ponto este compartilhar aponta para a constituição de uma cultura urbana, no sentido a que nos referimos, ou se tudo se passa a nível ideológico-folclórico. Para isto, a reconstituição histórica das relações entre os diversos grupos sociais e étnicos que povoam a cidade, há de ser um elemento fundamental.

Parte I - A Formação da Cidade

"... como meio e coração de toda esta costa, mandar edificar nela uma cidade, donde se pudessem so correr todas as mais capitâneas..."

I

A história das capitais Brasileiras é iniciada formalmente a partir de 1549 com a fundação da Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. Entretanto é possível admitir-se que pelo menos desde o início dos anos 1540, estudava-se em Portugal, uma reformulação da estratégia de ocupação adotada para a sua colônia americana.

Por essa época já se configura a falência do sistema de capit^ulias hereditárias, baseado na iniciativa particular e vigente desde 1534. Ademais, verifica-se um arrefecimento das ações ex^upansionistas portuguesas em outras áreas, paralelamente à pro^upagação de interessantes notícias acerca dos resultados obti^udos pela casa de Castela, no outro lado de Tordesilhas. Natu^uralmente, a metrópole volta-se então com renovado interesse pa^ura a organização da conquista da Terra do Brasil.

E assim, será agora o Estado quem definitivamente irá assumir a empreitada, disposto a acabar com as rotineiras incursões de corsários, contrabandistas, aventureiros e afins, ou pelo menos opor-lhes um mínimo de resistência - já que para todos os efeitos legais, a terra tinha dono.

Era uma terra de bárbaros, carentes de todo no que tange a ser^uviços de salvação e, como se não bastasse, muito prestativos para com o invasor. Aliás, em 1544 o Brasil era mesmo um gran^ude problema para as combalidas finanças metropolitanas: "... Não somente não rendeu nada de vinte anos até agora, o que soía; mas tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados", segundo afirmava um documento oficial da época (Azevedo, 1969, pg. 125). Com efeito, as capit^uanias, salvo a de Pernambuco, encontravam-se em triste situação: gradativamente iam sendo revertidas ao patrimônio da Coroa, por renúncia, falência ou morte dos seus donatários (Holanda, 1960, 1^o, pg.102). Torna^uva-se assim bem claro para Portugal, a inviabilidade do sistema

e a necessidade de unificar o governo da Colônia, fortalecendo-lhe as bases locais de poder e suas vinculações com Lisboa.

A solução do Governo Geral é finalmente institucionalizada em 1548, por D. João III, mediante outorga de um Regimento onde se discriminavam tanto os poderes do Governo Geral como os da Justiça e do Fisco; definia-se também uma política demográfica para a Colônia, estabelecendo-se ainda normas de natureza econômica, social e religiosa. Ademais, "sabendo já das grandes partes da Bahia, da fertilidade da terra, bons ares, maravilhosas águas e da bondade dos mantimentos dela", D. João ordenou "de a tomar à sua conta para a fazer a povoar, como meio e coração de toda esta costa e mandar edificar nela uma cidade, donde se pudessem ajudar e socorrer todas as mais capitánias e povoações dela como membros seus" (Azevedo, 1969, pg. 126, 127).

A essa cidade, o Rei chamou Salvador.

II

Situada a meio caminho dos pontos extremos da costa brasileira, a Capitania da Bahia havia sido, pouco tempo antes, cedida à Coroa em troca de pensão anual, pelos herdeiros do seu infeliz donatário Francisco Pereira Coutinho - capturado e morto pelos indígenas da Ilha de Itaparica, após sofrer um naufrágio, em 1546.

Do trabalho realizado pelo antigo donatário, pouco restava de pé quando o Governador-Geral Tomé de Souza chegou ao local, com a missão de ~~aí construir~~ a sede do governo colonial: apenas a povoação do Pereira, onde Diogo Álvares Caramurú, náufrago português, vivia com sua vasta clã mameluca, podendo pois oferecer algum-préstimo à expedição. Ainda assim, parece ter havido certa reserva por parte do Governador, com relação ao patriarca local. Aparentemente Caramurú seria um tanto chegado a contatos com franceses - presença muito mais forte na região do que a portuguesa, já antes da época das donatárias. Ademais, haveria suspeitas em torno da sua mal explicada sobrevivência ao incidente no qual haviam perecido o antigo donatário e demais acompanhantes. (Azevedo, 1969, pg.112; Pinho, 1968, pg. 52,53]. Em todo caso, dadas as excelentes relações entre Caramurú e os filhos da terra, sua colaboração era imprescindível - e assim entendia o próprio Rei, posto que lhe escreve uma carta, recomendando que recebesse e ajudasse Tomé de Souza. E assim efetivamente foi feito.

O desembarque do Governador, em 31 de março de 1549, há de ter sido um evento retumbante na pacata Vila do Pereira, convenientemente preparada para acolher os de fora.

Estes retribuem a recepção com um solene, conquanto ambíguo, desfile em que a tropa armada se faz preceder por um grupo de jesuítas conduzindo a cruz em sinal da paz. A platéia com põe-se de umas poucas dezenas de colonos remanescentes do tem

po do donatário, suas mulheres índias e alguns mamelucos que alegremente testemunham o inusitado espetáculo - o qual se pretende uma demonstração de força dirigida à desconfiável indiada do lugar, extensiva aos espíritos rebeldes em geral. E sem dúvida, a advertência deveria ser tomada a sério.

Preocupações no tocante às relações com os nativos são também referidas no Regimento de Tomé de Souza. No juízo d'El-Rei, os índios dividiam-se em duas categorias - os que poderiam ser de alguma serventia, desde que tomadas as devidas precauções, e aqueles delinquentes que haviam feito guerra ao donatário, destruído as fazendas e finalmente comido o infeliz Pereira Coutinho. Dos primeiros, fazia parte a parentela de Caramuru. Já os do outro lado não perdiam por esperar o conserto da cerca de Vila Velha: concluído este serviço, deveria o Governador determinar o bom tempo para vingança. "Pera iso", dizia o Rei, "praticareis com pessoas que o bem entenderão, a maneira que tereis pera poder castigar os culpados, o mais a vosso salvo e com menos risco da gente que puder ser. E como asy tiverdes praticado o poreis em ordem destruindo-lhe suas aldeas e povoações e matando e castigando aquela parte deles que vos parecer que basta pera seu castigo e exemplo de todos". Uma vez vencidos, poder-se-ia conceder-lhes perdão, desde que reconhecessem "sojeição e vasalagem e com encargo de darem em cada hum ano alguns mantimentos para a gente da povoação". Ademais, recomendava o Regimento que os líderes dessas tribos, o Governador deveria mandar "per justiça enforcar nas aldeas donde erão principais" (Pinho, 1968, pg. 28, 30). Ao mesmo tempo, Tomé de Souza era encorajado a acirrar os antagonismos entre Tupiniquins e Tupinambás da Bahia. Essa dura política indigenista aparentemente não foi seguida pelo Governador, ao menos a princípio. É possível que para isso tenham contribuído as opiniões de Diogo Álvares, posto que a adoção das disposições do Regimento fatalmente desorganizaria o sis

tema de relações vigente já havia algum tempo, entre a minoria branca e a população nativa: melhor seria consolidar a paz conquistada a duras penas. Ademais, o próprio Regimento permitia certa margem de manobra nos seus artigos complementares, onde admitia afinal o "pouco entendimento que esa gente atee guora tem, a qual cousa demenue muyto em suas culpas". (Pinho, 1968, pg. 331).

Pode-se assim creditar ao espírito de cristianização - que bem ou mal permeava toda a empreitada - a contraditória conclusão do documento: o principal seria evitar uma guerra inteiramente perniciosa "â comunicação que convém que se com eles (gentios) tenha pera o serem (convertidos ao cristianismo)". Certamente que esse contraditório desfecho do Regimento há de ter sido resultado da influência dos venerandos palpites da Companhia de Jesus. O resultado final de tais ambiguidades vai-se expressar em ampla autonomia para o Governador, no que tange às suas relações com o índio. O mesmo não se dá com referência a outros aspectos, melhor definidos pela Metrópole.

A questão da localização da nova capital, conforme observamos anteriormente, já havia sido equacionada em Portugal. Quanto à escolha do sítio existia pelo menos uma restrição: não poderia ser o da Vila do Pereira, a qual deveria apenas servir como base para a expedição, até a escolha do local definitivo (Hollanda, 1960, 1º, pg. 114). Dela o governador deveria tomar posse, combatendo os inconformados, se fosse o caso. Feito isso, deveria cuidar da localização da cidade - fortaleza, que iria obedecer à tendência vigente na época - favorável à ocupação de sítios elevados, próximos a um porto, atentando-se para aspectos de salubridade das águas e do ar. Em torno do núcleo principal, costumavam instalar-se unidades agrícolas que ao mesmo tempo serviam como um cinturão protetor para o centro (Reis, 1968, pg. 123-126)]. Dessarte Tomé de Souza deveria promover não só o reagrupamento da população dispersa em 1545, concen

trando-a na capital, como também conceder sesmarias destinadas ao cultivo, desde que os beneficiados se fixassem nas terras doadas ou na cidade.

Por esse tempo, a incipiente economia do Recôncavo Baiano girava em torno do pau-brasil, do algodão, do açúcar e da mandioca, base da alimentação local.

É certo que muito antes da fundação da cidade, o algodão, como a madeira, era objeto de escambo entre índios e franceses. Após 1549, a produção algodoeira deverá crescer, suprimindo as necessidades internas - como também sendo enviada ao exterior. O açúcar, embora não tão abundante quanto o algodão, terá também grande importância na agricultura local desse século e rapidamente irá tornar-se o principal produto da região e de toda a Colônia.

Já a pecuária surge lentamente nas grandes sesmarias, tornando-se, conforme o Padre Nóbrega, "a melhor fazenda sem trabalho que ca há". As poucas cabeças trazidas por Tomé de Souza rapidamente se multiplicaram, principalmente em direção ao interior e entre os grandes criadores desse tempo, estavam o próprio Governador, seu protegido Garcia D'Ávila e a Companhia de Jesus (Pinho, 1968, pg. 207-232; Holanda, 1960, 19, 117).

A consolidação da atividade agro-pastoril, enquanto eixo da economia baiana do século XVI, não apenas irá definir um padrão de ocupação regional como também terá profundas repercussões sobre o modo de funcionamento e as características da primeira capital da Colônia. Conforme se vê posteriormente, Salvador logo irá ultrapassar as funções meramente administrativas, vindo a adquirir funções econômicas relevantes e a atividade comercial será a grande marca da cidade durante os séculos seguintes.

Mas, nesses primeiros tempos, sem dúvida que as preocupações com a segurança serão dominantes. De imediato, providencia-se a confirmação de paz com os Tupinambás, para isso recorrendo-se ao sempre obsequioso Caramuru. Entretanto, dada a proximidade em que viviam brancos e índios, é certo que haverá incidentes. Nessas ocasiões, índios culpados ou mesmo suspeitos de crimes contra cristãos serão cruelmente executados "à boca de uma bombarda" (Pinho, 1968, pg. 89).

Apesar de tudo, pode-se considerar que a convivência entre as partes foi então possível e até mesmo amistosa, havendo referências à colaboração entre nativos e operários lusitanos durante a construção da nova cidade. Esta será finalmente assentada na colina onde hoje está a Cidade Alta. Próximo estava o porto e não muito distante, a Vila Velha, que se transformaria em uma espécie de subúrbio da capital. Ali continuariam vivendo Caramuru e os habitantes mais antigos (Azevedo, 1969, pg. 137). Os trabalhos da construção logo se iniciaram, sob a direção do mestre Luís Dias, especialmente trazido por Tomé de Souza para essas finalidades.

Com efeito existem várias indicações de que a construção da capital foi cercada de cuidados urbanísticos, tomando-se como referência os melhores padrões europeus vigentes na época e substanciados nas cidades novas do final da Idade Média. Estas caracterizavam-se pelas formas geométricas não muito perfeitas, adaptadas às condições topográficas e cercadas por muralhas. Dentro desse esquema encaixa-se o núcleo fundado por Tomé de Souza, para cuja edificação, além do mestre, vieram também muitos operários e até mesmo algum material de construção - embora fosse recomendado o uso de materiais da própria região. Assim, quase tudo foi feito de pedra, barro, madeira, e cal, sendo que até a segunda metade do século XVII, as construções serão extremamente simples.

A circulação tenderá a ser feita através de dois caminhos principais: um, ao norte, ligando o núcleo principal à Vila Velha do Pereira e ao desembarcadouro de passageiros; outro, ao sul, levando ao desembarcadouro geral de mercadorias.

A praça da cidade será o seu centro cívico e aí deverão instalar-se os edifícios da Câmara e do Palácio dos Governadores, entre outros prédios públicos (Reis, 1968, pg.71, 116 - 163). Pode-se daí depreender o entusiasmo com que a Coroa Portuguesa, a um passo da insolvência, se lançava ao seu novo papel de investidor direto no processo de colonização do Brasil.

III

A cidade irá surgir rapidamente. Meses depois podiam-se "contar umas cem casas para o mister da vida", ao mesmo tempo em que se instala um aparato burocrático relativamente bem diferenciado: há os ôrgãos encarregados da justiça (a Ouvidoria) , fazenda (provedoria), defesa e administração, além dos serviços espirituais prestados pela paróquia, subordinada ao Bispo de Funchal.

O crescimento da população, já caminhando para 1.000 habitantes, não demora a forçar os limites fortificados. Havendo escassez de mulheres brancas, serão frequentes as uniões poligâmicas, seguindo os usos da terra, entre portugueses e nativas - para escândalo dos jesuítas, conforme registra o padre Nóbrega (Azevedo, 1969, pg. 137 e 138). Efetivamente, ainda que estimulada, a vinda de famílias inteiras ou mesmo de mulheres solteiras, "ainda que erradas", não logrou evitar a ocorrência de forte mestiçagem. De todo modo, medidas semelhantes, destinadas a manter e ampliar a presença portuguesa na colônia, ilustram o empenho da Metrôpole na consolidação da cidade - capital - elemento básico para que se tornasse viável o novo modo de organização do empreendimento colonial brasileiro.

À medida que se vão completando os trabalhos de construção de prédios públicos e baluartes, quando muitos operários retornam a Portugal, cuidar-se de neutralizar essas baixas no contingente branco da população, mediante a concessão de determinadas facilidades, notadamente fiscais, aos trabalhadores imigrados: aos lavradores é concedida isenção do dízimo por três anos e aos artífices, por cinco anos. Assim, logo em 1550 e 1551, outras expedições de caráter povoador chegam à Barra.

Paralelamente ao esforço promocional da imigração portuguesa,

o equilíbrio da equação demográfica deverá ser alcançado através do gradativo aniquilamento da população indígena. Já nesta primeira fase de implantação da capital, embora não se tenham dado importantes confrontos entre as duas partes, o simples contato missionário e as bem conhecidas técnicas associadas ao processo de "cristianização dos bárbaros" - confinamento nas aldeias jesuíticas, visando adaptá-los às novas condições de vida e de trabalho - provocarão muitas vítimas entre os nativos, ainda na década de 1550 como na seguinte. (1)

Ademais, à medida em que se vai implantando o novo projeto colonial, já no governo de Duarte da Costa (1553-58), o inevitável confronto entre as partes tomará contornos mais claros.

A impossibilidade de manutenção de uma "Paz Armada", dadas as necessidades de expansão das áreas de cultivo e criação de gado (Pinho, 1968, pg. 91), definirá a instalação de um longo período de lutas pela posse da terra, cujos vencedores são bem conhecidos.

(1) Há registros de que nos anos 1560, cerca de 30.000 índios e muitos dos primeiros escravos africanos pereceram de fome ou doenças, resultando daí o despovoamento da maioria das aldeias jesuíticas, segundo Anchieta (in Azevedo, 1969, pg. 153).

IV

Em que pese o rápido crescimento do aparato burocrático, difficilmente será possível atribuir-se a Salvador, de fato, o carâter de sede do governo da América Portuguesa, nesse primeiro período de centralização administrativa. As comunicações com as demais capitanias serão, como se pode facilmente deduzir, muito diffíceis, dando margem ao comentário do padre Nóbrega de que "mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia". Por outro lado, há indícios de que a nova ordem não tenha sido muito bem vista pelos donatários, os quais a consideraram menos como uma forma de obter "favor e ajuda" do que como ameaça à sua autonomia e privilégios.

De fato verifica-se ainda a persistência do antigo modelo de colonização, de caráter privado e dotada de fortes bases de poder local, onde a figura do donatário não tinha de fato a quem prestar contas do seus atos. Havia o Rei, é certo, mas este vivia tão longe ...

A instalação de um Governo-Geral na Colônia, além de significar a estatização do empreendimento colonial, significava a criação de uma esfera de poder intermediário entre a Coroa e os senhores de terras, o que nem sempre ocorreu sem protestos e manifestações de rebeldia desses últimos, particularmente daqueles mais bem sucedidos na administração dos seus domínios.

Ilustram esta insatisfação, as divergências surgidas entre Tomé de Souza e o eficiente capitão-mor de Pernambuco, Duarte Coelho, que chega a queixar-se ao Rei das interferências sobre suas terras. Diante disso, D. João III simplesmente recomenda ao Governador - apesar do que fora estabelecido pelo Regimento, ou seja, Governar a Bahia e "outras capitanias e terras da costa" - preservar a autonomia de Pernambuco. Para o Governador, trata-se de uma monumental desfeita, o que contudo não o desanima. Em 1552 irá ele empreender uma grande excursão às capita

nias : "de baixo", após o que emitirá longas cartas a Lisboa, referindo-se à atuação dos donatários e aos progressos (ou retrocessos) constatados.

Apesar dos esforços do Governador, parece ter havido poucos avanços no que tange à pretendida centralização do governo colonial. Quando à ocupação do interior, esta não se dá, propositalmente - e apesar da insistência dos jesuítas - em obediência a diretrizes fixadas pela Coroa Portuguesa. O estabelecimento de povoações, à diferença do modelo espanhol de ocupação, deveria fazer-se exclusivamente ao longo do litoral ou às margens de rios navegáveis. Ademais, as viagens para o interior ou entre capitanias deveriam ser previamente autorizadas. Tais restrições denotam a preocupação da Metrópole em, por um lado, facilitar o controle sobre a circulação interna das riquezas extraídas da terra e por outro, promover a defesa do território, constantemente ameaçado por corsários. Da parte do Governador, havia ainda o receio de que as entradas pelo interior resultassem num esvaziamento dos pontos a duras penas povoados, no litoral (Holanda, 1960, 1º, pg. 122-130).

A persistência desse modelo de ocupação irá definir os primeiros contornos da rede urbana brasileira, sempre mais densa na costa, com o relativo despovoamento do interior. É razoável supor-se que tal configuração houvesse sido então, coerente com os propósitos de controle e unificação, sob um governo tendente à centralização - ainda que, à época de Tomé de Souza, Salvador estivesse longe de desempenhar o papel de centro do poder colonial. Mesmo no tocante ao seu entorno imediato, o Recôncavo, a civilização dos brancos não chega a perturbar consideravelmente a paz dos primitivos habitantes. Os recém-chegados parecem muito relutantes em se afastar dos muros da cidade-fortaleza.

Somente nos períodos seguintes, sob Duarte da Costa e posteriormente, Mem de Sá, animam-se os brancos ao enfrentamento direto. Até então, haviam-se acomodado à posição de animadores de querelas tribais, na esperança de que os rivais se devorassem mutuamente.

Não somente por questões ligadas à segurança mas também devido aos obstáculos naturais, a cidade terá dificuldades para expandir-se. Ademais, as pequenas sesmarias concedidas na fase inicial também acabaram por se constituir em óbice ao crescimento urbano. Disto resulta uma expansão algo desordenada que acompanha simplesmente os caminhos de saída da cidade, na medida em que cresce a sua população (Reis, 1968, 117). Em 1576, sob Estácio de Sá, havia no núcleo principal, em Vila Velha e no julgado de Paripe, cerca de 1.100 habitantes brancos, além de muitos índios pacificados e negros escravos. Já agora, porém, a população não crescia muito; além da peste e da fome vitimarem grande número de índios e negros, as primeiras entradas e a fundação da cidade do Rio de Janeiro também parecem ter influído negativamente sobre o crescimento demográfico (Azevedo, 1969, pg. 153).

Mas apesar de tudo isso, no ano de 1587, já sob a dominação espanhola (1580-1640) a Bahia abrigava o maior contingente populacional "civilizado" da colônia. (v. quadro I).

No tocante à vida econômica, registram-se ainda nesta época, "oyto cazas de cozer meles e muyta fabrica e 38 engenhos moentes". Além do açúcar, algodão e da pecuária, havia gengibre, tabaco e cereais. Povoava-se o entorno imediato. A zona do Recôncavo, em 1612, era dita o mais habitado sítio de toda a costa, com uma população branca superior a 3.000 pessoas estabelecidas em fazendas — em que pese a penetração portuguesa ainda não haver ultrapassado "seis léguas de terra a dentro".

Q U A D R O I

POPULAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XVI

	BRANCOS	%	ÍNDIOS MANSOS	%	ESCRAVOS NEGROS	%	TOTAL	%
ITAMARACÁ	250	1,1	-	-	-	-	250	0,4
PERNAMBUCO	8.000	32,3	2.000	10,8	10.000	70,9	20000	34,9
BAHIA	12.000	48,5	8.000	43,3	4.000	28,4	24000	41,8
ILHÉUS	750	3,0	-	-	-	-	750	1,3
PORTO SEGURO	750	3,0	-	-	-	-	750	1,3
ESPÍRITO SANTO	750	3,0	4.500	24,3	-	-	5250	9,2
RIO DE JANEIRO	750	3,0	3.000	16,2	100	0,7	3850	6,7
SÃO VICENTE	1.500	6,1	1.000	5,4	-	-	2500	4,4
T O T A L	24.750	100,0	18.500	100,0	14.100	100,0	57350	100,0

FONTE : Varnhagen - "História Geral do Brasil", apud
Thales de Azevedo, 1969, pg. 161

Nesta época, Salvador já se vai libertando do desenho inicial e perdendo pouco a pouco as características de cidade entrincheirada. As construções extra-muros acompanham a topografia acidentada; novos bairros vão surgindo em torno das igrejas de São Bento e São Pedro, estendendo-se em direção ao sul, para Vila Velha, passando pela atual Rua das Mercês, a caminho da Vitória; para o norte, pelo Pelourinho e Ladeira do Passo, até o Convento do Carmo. Floresce o comércio e o desenvolvimento da cultura do açúcar expressa-se também na capital, nas confortáveis residências dos proprietários rurais, que eventualmente deixavam suas terras para temporadas na cidade.

Todavia, são duros os caminhos de consolidação da capital: esse tempo de prosperidade e sossego será interrompido logo no primeiro quartel do século XVII, quando a guerra entre Holanda e Espanha levará mais uma vez os flamengos à Bahia, agora em um ataque bem mais pesado, em 1624 (2). A resistência far-se-á por guerrilhas organizadas pelo bispo D. Marcos Teixeira, com reforços enviados de Pernambuco e posteriormente, pela Espanha. Afinal, rendem-se os holandeses e a população, que se havia retirado espavorida, reocupa a cidade. Todavia, agora há os saques, incêndios e assassinatos perpetrados pela guarnição espanhola, que aí ficara a fim de "reforçar a defesa da cidade". A Bahia fora reduzida a extrema penúria. A cidade, destruída; os canaviais, incendiados e os escravos fugidos. Os índios voltam a atacar as fazendas. Elevam-se os tributos e isto afasta os navios do porto - a recuperação far-se-á com grandes dificuldades mas ainda haverá um novo ataque holandês em 1638, durante 45 dias.

(2) Incursões menores haviam sido realizadas em 1599 e 1604, durante 25 e 40 dias respectivamente.

Enfim, quando da restauração portuguesa, em 1640, a população da capital encontrava-se no mesmo nível do início dos anos 1600. Mas por outro lado, é no decorrer do século XVII que se irá marcar a ampliação das suas funções: a cidade - fortaleza, centro da administração colonial, tornar-se-á então um grande mercado.

V

Salvador, nesses anos, terá sido sobretudo o porto - primeiramente dos "assucres" e depois, também do fumo e dos escravos (3); dos bens de luxo e dos alimentos que a Colônia - não produzia.

Centro da economia do Recôncavo, a cidade tenderá a alargar seu espaço de influência na medida em que se expande a criação de gado no sertão, sobretudo no vale do Rio São Francisco.

Ademais, já no início desse século, a capital ligara-se a Pernambuco através de caminhos internos - expressão da tendência à interiorização verificada durante o domínio espanhol. Assim, é da Bahia que no século seguinte, sairão os grandes contingentes de colonizadores para as áreas nordestinas de conquista mais recente (1584 - 1616).

A vida urbana de Salvador evidentemente reflete a fortuna de um certo segmento da população - que também exercia considerável influência sobre os negócios públicos. A cidade tornava-se um centro de consumo de luxo e intensa vida mundana: havia um ar de festa permanente, onde o religioso e o profano se confundiam e do qual não apenas participavam os ricos, mas o povo todo, principalmente homens livres pobres - incluindo-se aí uma vasta parcela da população que sobrevivia atrelada ao aparato burocrático colonial ou engrossando a clientela dos grandes senhores.

Segundo observadores da época, a gente da Bahia, conquanto de boa índole, parecia excessivamente festeira, um tanto imprevidente e muito pouco imbuída do espírito de poupança (Azevedo, 1969, pg. 171). Destarte, a sombra da riqueza produzida pe

(3) Conforme se sabe, o fumo assumia as funções de moeda, quando da compra de escravos às tribos africanas. Sendo a Bahia grande produtora de fumo, acaba por tornar-se também o maior mercado de escravos da Colônia.

la grande lavoura, também muito prosperaram nessa época a pro
stituição, a mendicância e a vadiagem.

Em meados do século, quando já se anuncia o ciclo do ouro, a Bahia e demais capitanias do norte detinham efetivamente a por
ção mais expressiva da população portuguesa da Colônia. O Rio de Janeiro apenas na época da sua fundação provocará algum des
locamento populacional. Agora entretanto, as primeiras notícias acerca da descoberta do ouro nas Gerais certamente estarão re
lacionadas ao moderado crescimento demográfico verificado en
tão.

De todo modo, por esse tempo Salvador será descrita como "a mais rica e bela cidade dos portugueses no Brasil" (Azevedo, 1969, pg. 176 - 180), refletindo o brilho da civilização do açúcar. A arquitetura vai ter sua expressão mais significativa nos solares e sobretudo nos ricos templos católicos; são igrejas de sacristias - pontos de encontro dos senhores de engenho e suas famílias - de confrarias, festas profanas e procissões que expressam também a estratificação racial e social (Bastide, 1959, pg. 52s).

Tanta prosperidade, entretanto, não parece ser explicável unicamente pelo açúcar, sobretudo após 1690. Na medida em que cresce a produção antilhana, quando surge na Europa o açúcar de beterraba e caem os preços internacionais, estão dadas as condições externas para o declínio do ciclo. Internamente, a pesada tributação, assim como a elevação do preço da mão-de-obra escrava (decorrente do desenvolvimento da mineração do sul da colônia), vêm dificultar ainda mais a situação dos produtores nordestinos (Mont'Alegre, 1974, pg. 267 e Guimarães, 1977, pg. 77). A produção cai, embora a Bahia permaneça sendo o maior produtor colonial (Singer, 1974, pg. 275 - 277).

Apesar de tudo, nada parece denunciar a decadência da economia baiana. É que a partir do incremento das atividades mineradoras no alto do rio das Velhas, o Vale de São Francisco torna-se uma das rotas do ouro, através da qual, metais são trocados por terras, escravos, víveres e itens de consumo suntuário. Mesmo após a proibição do comércio no Vale em 1701 (4), decorrente das dificuldades relativas à cobrança de impostos na região, o contrabando floresce por longo tempo.

De fato, os caminhos da Bahia, embora mais longos, eram mais fáceis e povoados que os da Serra do Mar (Théry, 1980). Particularmente no que tange à remessa clandestina de escravos, a proibição jamais poderia ter sido levada muito a sério, sendo a Bahia o maior mercado de escravos da Colônia. De todo modo, a legislação acaba sendo revista em 1711, permitindo-se então o tráfego, desde que não se tratasse de escravos de engenhos. Tentava-se assim amenizar o problema da mão-de-obra na grande lavoura; mas a medida, por razões óbvias, cai no vazio (Zemella, 1951, pg. 77).

Assim, durante o ciclo do ouro a capital é grandemente beneficiada pela intensificação do comércio interno, através do São Francisco, como também das trocas com o exterior. Salvador ainda permanecerá por muito tempo como o único entreposto de alimentos e manufaturados oriundos da Metrópole, abastecendo um vasto território compreendido entre o Piauí e as capitanias do sul (Mattoso, 1978, pg. 111). Seu porto será agora também o porto do ouro das Minas Gerais (5).

(4) Pelo decreto real de 1701, somente o comércio de gado era permitido, dada a inexistência de outras alternativas de abastecimento das capitanias do sul.

(5) Há que se mencionar também a descoberta de metais preciosos em território baiano, a partir de 1724, na região da Chapada Diamantina.

Entretanto, com a abertura do "caminho novo", ligando o Rio de Janeiro a Minas, pouco a pouco irá declinando o volume das trocas entre a Bahia e a zona de mineração. Ademais, à medida que avança o século, o próprio ciclo do ouro entra em sua fase declinante, enquanto a pecuária toma impulso ao sul do Brasil, de modo que o Vale do São Francisco terá reduzida a sua significação anterior. Esse enfraquecimento de ligações certamente afetará a espetacular prosperidade da economia baiana e a capital irá perdendo a antiga primazia, posto que as capitanias do sul tenderão agora a intensificar suas relações com o Rio de Janeiro. Neste quadro dar-se-á afinal a transferência da capital da colônia, em 1763.

VI

Muito antes de tornar-se metrópole colonial, o Rio de Janeiro era a capital da repartição do sul - ou seja, a cidade mais importante da região onde era gerada a maior parte das riquezas da colônia. A mudança entretanto, não se dá no auge do ciclo do ouro. Por esta época - entre 1740 e 1760 - a importância econômica de Salvador ainda é muito coerente com o seu "status" político: conforme foi visto, apesar do declínio do açúcar e do desenvolvimento da mineração no sul, o abastecimento da região das minas teve como contrapartida vultuosas entradas de ouro que, durante grande parte do século XVII, livraram a Bahia de uma possível decadência. Entretanto, na medida em que se dá o povoamento do centro-sul, que melhoram as vias de comunicação e a atividade agrícola se organiza, a economia da região das minas tende a autarcizar-se.

Assim, vai perdendo a Bahia seu mercado consumidor - o que parece ter-se dado justamente quando é iniciada a fase de declínio do ciclo, com a consequente redução dos rendimentos do quinto. Justamente a partir de 1763, acentua-se a queda de produção das Minas Gerais. Embora esta queda fosse real, frequentemente era atribuída à fraude e ao contrabando - que de fato existiam, mas não tanto quanto a intensificação da vigilância fazia supor. Nesse contexto, dá-se o deslocamento da capital ou seja, do aparato burocrático metropolitano, para o centro-sul. De fato, o aumento do controle fiscal sobre as áreas de mineração é inversamente proporcional ao nível de atividade econômica e produção de riqueza na região das Minas, a partir dos anos 1760 (Schwartzman, 1975, pg. 46s. 101s). Ademais, estando o Rio de Janeiro mais próximo da conflituosa região do Rio da Prata, a mudança da capital pode ser também compreendida pela necessidade de se reforçar o aparato da defesa, ao sul da colônia (Holanda, 1960, 2ª, pg. 359).

A transferência da capital vem portanto referendar a mudança do polo mais dinâmico da economia, embora também possa ter provocado a princípio, um certo impacto negativo sobre a vida da cidade. Salvador, nessa época já era principalmente um centro comercial, portanto não inteiramente dependente de suas funções de sede da administração colonial.

A escassa confiabilidade dos números disponíveis não nos permite aferir exatamente a repercussão da mudança da capital sobre o crescimento populacional (quadro II). Todavia, os dados parecem delinear, "grosso modo", a tendência à estagnação da população urbana de Salvador, a partir do final dos anos 1750, observando-se que em 1780 o número de habitantes da cidade encontrava-se no mesmo nível registrado 60 anos antes. Em que pese a precariedade das informações, poder-se-ia supor que a população de Salvador não houvesse experimentado um crescimento particularmente notável, nesse final de século. Tal desaceleração no crescimento demográfico da sua área urbana poderia indicar um declínio na atividade econômica, dada a crescente significação do porto do Rio de Janeiro, para a região de Minas. Com efeito, segundo Vilhena, verificara-se em fins do século XVIII, uma queda no movimento comercial baiano, atribuída ao "caminho novo", mencionado anteriormente. Este propiciava aos mineiros frequentarem com muito mais assiduidade o porto do Rio de Janeiro, "distante 80 léguas da sua capital, quando a Bahia distava 300" (Zemella, 1951, pg. 80). Entretanto, no que concerne ao comércio exterior, o porto de Salvador manter-se-á bastante ativo, conservando pelo menos até o final do século XVIII, uma ligeira superioridade sobre o do Rio de Janeiro (v. quadro III). Portanto, trinta anos após a mudança, se não há forte evidência de crescimento, Salvador tampouco apresenta o que se chamaria um quadro típico de decadência econômica - mesmo se considerarmos a crise financeira vivida por toda Colônia, após 1760. Observe-se

Q U A D R O I I

POPULAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR : 1707 - 1870

ANO	Nº DE HABITANTES		
	CIDADE	SUBÚRBIOS	TOTAL
1707	21.601	-	-
1718	39.309	2.676	41.985
1757	34.170	-	-
1759	40.263	-	-
1775	40.922	16.093	57.015
1780	39.209	26.076	65.285
1805	45.600	-	-
1807	51.112	-	-
1870	77.686	36.206	113.892

FONTE: Censos e Recenseamentos, apud Mattoso (1978, pg. 129)

Q U A D R O I I I

IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS A SUAS POSSESSÕES DE ALÉM-MAR 1796
(BRASIL)

ORIGEM	VALORES	%
<u>BRASIL</u>		
RIO DE JANEIRO	3702:181\$721	32,3
BAHIA	3960:500\$162	34,5
PERNAMBUCO	2250:368\$335	19,6
MARANHÃO	1055:355\$510	9,2
PARÁ	297:429\$129	2,6
PARAÍBA	153:387\$722	1,3
SANTOS	55:641\$458	0,5
TOTAL	11474:864\$037	100,0

FONTE: Simonsen, Roberto, "História Econômica do Brasil" v, II
pg. 225, 227, apud Ellis Jr. (1948, pg. 88)

todavia, que apesar de já exercer uma influência relativamente forte sobre o interior da capitania graças à expansão pecuária na região desde o início do século, predominam as relações com o exterior, o que imprime alta vulnerabilidade à economia baiana, também ao longo dos períodos seguintes.

Mas enfim, a cidade vai retomando o seu crescimento e no final do século XVIII, a população estará em torno dos 60.000 habitantes, conforme avaliação de Vilhena. A zona urbana começava na praia da Preguiça, estendendo-se até a Jequitaiá, com uma rua principal cortada por becos que iam morrer na marinha. Havia então, segundo o historiador, "muitos edifícios nobres, grandes conventos e templos ricos".

Por sua vez, as áreas residenciais apresentavam-se claramente estratificadas: nas proximidades da praça do Palácio - o centro administrativo do município - residiam funcionários públicos e oficiais militares. Mais adiante, em São Pedro, localizavam-se os grupos mais abastados - basicamente os senhores de engenho. Enfim, o Terreiro de Jesus, que se constituía em uma espécie de reduto da escravaria a qual "em grandes alaridos, discussões e rixas sangrentas, buscava água à fonte ali existente, quando não levava a efeito batuques que às vezes, chegavam a perturbar os ofícios religiosos nas igrejas" (Ruy, 1978, pg. 271). As condições higiênicas da cidade eram sem dúvida lamentáveis; a varíola, o sarampo e outras doenças assumiam caráter endêmico. Além disso a população sofria também problemas relativos ao abastecimento alimentar: os preços dos gêneros essenciais costumava oscilar muito, o que evidentemente atingia sobretudo a população pobre - levada com frequência ao desespero e à rebelião. Esta inquietação, entretanto, estendia-se também à sociedade baiana como um todo, ainda que por diferentes razões: entre os plantadores de fumo, senhores de engenhos e latifúndios (sobretudo em decorrência

de medidas fiscais assumidas pelo governo metropolitano), nos quartéis, nos conventos, no meio de todo o povo...

Muito provavelmente a efervescência da época estará relacionada com a rápida propagação das idéias liberais que a partir das elites intelectuais, ganham simpatizantes entre a tropa, os artesãos, os negros libertos e escravos, afigurando-se enfim como uma alternativa aos que sofriam sem muita perspectiva de alterar as coisas, salvo através de levantes ou atentados ocasionais (Ruy, 1978, pg. 29 - 30).

Neste cenário, onde se mesclam interesses econômicos, idéias nativistas, abolicionistas ou mesmo, segundo alguns autores, socialistas, terá lugar em 1798 a chamada revolta dos Alfaiates. Aparentemente foi um movimento interclassista, conquanto assim denominado pela intensa participação que nele tiveram os setores populares - ao lado de alguns "burgueses ensandecidos", segundo o governo português, "por não entenderem os seus interesses" e se acharem infectos "dos abomináveis princípios franceses" (Ruy, 1978, pg. 44). Na verdade porém, o espectro ideológico dos revoltosos parece ter sido mais amplo, compreendendo desde elementos oriundos das elites descontentes - que não contestavam basicamente o estatuto colonial - até os mais desafortunados, partidários de transformações mais radicais (Reis, 1976, pg. 341). Reprimida oportunamente, a sedição dos Alfaiates marca entretanto, o início de um período de inquietude que se estenderá pelas primeiras décadas do século seguinte.

VII

Ao se iniciarem os anos 1800, Salvador mantinha certas veleidades aristocráticas de antiga capital e segundo alguns hístoriadores, sua população seria ainda superior à do Rio - embora o censo eclesiástico de 1805 não registre isso (Azevedo, 1969, pg. 218). Mesmo não se admitindo grandes discrepâncias entre as duas cidades, por esta época aparentemente a nova capital já apresentava maior dinamismo comercial e a sua população iria a partir daí expandir-se a um ritmo bastante superior ao de Salvador. Esta última deverá permanecer na segunda colocação até o final do século (Faria, 1980, pg. 27). - Todavia, é também no início do século XIX que se vai configurar o soerguimento da economia nordestina, após quase um século de depressão. Isto se dará basicamente por efeito de guerras externas. O período de expansão inicia-se no final do século, com a Guerra da Independência Americana repercutindo favoravelmente sobre o algodão - requerido pela indústria têxtil inglesa. Também o preço do açúcar melhora, em decorrência da prolongada Guerra da Independência do Haiti e das insurreições de escravos nas Antilhas. Por outro lado, as guerras napoleônicas vêm reforçar a tendência à valorização das exportações brasileiras.

A economia-baiana, extremamente sensível a estímulos externos conhece então um período de "boom", onde se insere também a cultura do fumo, diretamente associada à compra de escravos (Guimarães, 1977, pg. 34). Assim, em 1806, as exportações baianas atingem Rs 3284:684\$868 enquanto que no porto do Rio de Janeiro, através do qual eram exportados também mercadorias oriundas de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, registram-se Rs 4670:310\$810 (Calmon, 1978, pg. 53).

Uma rápida permanência da família real portuguesa na Bahia tem um reflexo particularmente favorável sobre a vida de Salvador. É na Bahia, sob os bons flúidos do Visconde de Cairu, que D. João abre os portos da Colônia do mundo, em 1808. Ao mesmo tem

po, agita-se a vida cultural da terra, com a fundação da Escola Médico-Cirúrgica, da Biblioteca Pública, do Teatro, surgindo também tipografias e jornais. Amplia-se o aparato burocrático civil e militar, criam-se vilas e juizados de fora. De resto, toda a Colônia certamente muda de figura a partir da chegada d'El-Rei que, em fuga a um futuro incerto, ameaçado pelas guerras napoleônicas, trata de equipar aquela terra de bugres, esperando torná-la digna de ser por bastante tempo (ou talvez para sempre) um lar decente para si e sua corte. É evidente que toda essa festa tem fortes repercussões sobre a economia e a sociedade locais. As duas primeiras décadas do século serão marcadas por um lado, pela euforia generalizada nos negócios; por outro, durante este período intensificam-se os movimentos separatistas na Bahia, dando seguimento ao ciclo iniciado com a revolução dos Alfaiates, em 1798, o qual só deverá concluir-se em 1837-38, com a Sabinada.

Calmon assinala que afinal, neste início de século "o abalo econômico e social que proviera da mudança da capital em 1763, parecia esconjurado". A agricultura do Recôncavo conhecerá tentativas de modernização, destacando-se a introdução de máquinas a vapor nos engenhos de Santo Amaro (Pang, 1974). Desenvolve-se a pecuária e efetiva-se uma melhoria geral no sistema de transportes, com a abertura de estradas ao sul da capitania e o incremento da navegação fluvial, surgindo também nessa época, o primeiro banco comercial. Enfim, tudo parecerá caminhar muito bem, pelo menos enquanto durar a permanência do rei e sobretudo, a conjuntura externa favorável às exportações baianas. Entretanto, as coisas mudam e lá se vai a economia local afundar-se novamente. Aparte a extrema dependência do exterior e o baixo padrão de consumo interno, esta fragilidade tende a tornar-se crônica na medida em que uma grande parcela das riquezas produzidas flui para os cofres metropolitanos, excluindo-se assim a possibilidade de se constituírem mecanismos de

sustentação da atividade econômica.

Por outro lado, o período que antecede a emancipação política da Colônia é especialmente agitado na Bahia. Além de movimentos ligados ao próprio processo de descolonização, há também insurreições de escravos de religião muçulmana—os haussás. O ciclo tem início em 1807 e prossegue com a adesão dos yorubanos (ou nagôs), nos movimentos de 1809/1813 e de 1826/1830. Tais movimentos irão culminar na grande rebelião de 1835, sempre tendo como pano de fundo o islamismo (Rodrigues, 1935, pg. 65-78).

Esses tempos de grande agitação deverão persistir, mesmo após as lutas da independência da Bahia (1822-23), conforme se verá a seguir.

As cicatrizes da guerra da independência haviam desencadeado o surgimento de um intenso anti-lusitanismo que acabará por transformar os cidadãos portugueses, indistintamente, em "bodes expiatórios" da crise econômica subsequente à descolonização. Tal sentimento será aliás um tanto conveniente às novas elites dirigentes que assim encontram, sem grande esforço, uma justificativa de ampla aceitação, para quase todas as desditas nacionais. Mas afinal acabam mesmo prevalecendo os fortes liames estabelecidos entre a grande lavoura e os capitalistas mercantis portugueses.

Os tempos são agora mais difíceis; Os preços das exportações encontram-se mais uma vez em baixa. Além disso, a campanha movida pela Inglaterra contra o tráfico negreiro acabará por conduzir a indústria fumageira à decadência, verificando-se o retorno à agricultura de subsistência. Ademais, havendo uma elevação no preço do escravo, este vem a tornar-se mercadoria crescentemente inacessível às empobrecidas oligarquias locais, agravando-se por conseguinte, a crise por que passava a

cultura do açúcar. Aliás, o problema da mão-de-obra na região só tenderá a acentuar-se ao longo do século, sobretudo após 1850, quando se intensifica a exportação de escravos para o centro-sul, em decorrência da expansão cafeeira.

A questão da escassez de mão-de-obra, juntam-se a evasão de capitais portugueses e as secas. Os preços dos alimentos dispararam; há desemprego e êxodo rural, enquanto o governo provincial queixa-se por não obter do poder central, recursos suficientes para reprimir as constantes sublevações. Há indícios de que já àquela época, o setor público fosse responsável por uma ponderável parcela do emprego urbano. Na medida em que se verificam restrições aos gastos governamentais, aumenta o desemprego no setor, redobrando-se as tensões e os medos, segundo a percepção das elites locais. O governo tenta reagir:

"A Assembléia Provincial, e provisoriamente o Governo, cuidará de empregar em honesto trabalho grande número de indivíduos que a tirânica lei do orçamento lançou fora das estações em que viviam ocupados..." (Reis, 1976, pg. 360).

A agitação social desta época assume formas bastantes variadas, que vão desde as insurreições de tropa até levantes de índios por questões de terra, passando por novos levantes de escravos (sobretudo africanos natos). Em Salvador e no Recôncavo, e por movimentos sociais que se poderiam chamar "pluriclassistas" - estes estruturados em torno de um ideário vagamente federalista e/ou republicano, na maioria predominando um caráter acentuadamente espontâneo. Nestes casos, embora muitas vezes endossadas por elites dissidentes, tratava-se de manifestações sustentadas por escravos, negros libertos e brancos pobres, aos quais a recente emancipação política não trouxera evidentemente os benefícios esperados - isto aliás não deveria ser de todo surpreendente, considerando-se o "balaio de gatos" em que se constituíam as valorosas forças libertadoras. Dessar

te, mantêm-se acesos os ânimos de quem, afinal, entendia a independência como algo mais que a mera troca de personagens, a nível do aparato burocrático.

Quanto à presença negra, majoritária na Bahia, já àquela época, cabem aqui algumas observações.

Tendo sido armados durante as guerras da independência, os negros passam a representar uma ameaça permanente à sociedade dos brancos - notadamente após a revolta dos negros muçulmanos (1835). Assim, após 1823, procura-se promover o gradativo "branqueamento" da população mediante a remessa de contingentes de homens de cor para outras freguesias, onde eventualmente fossem utilizados como "buchas de canhão". É o que ocorre por exemplo, na luta contra a "Confederação do Equador", em 1824, como também durante os movimentos do período regencial (Reis, 1976, pg. 375 - 377). Paralelamente tentou-se sem muito sucesso, promover a imigração européia. Mas afinal, em que pese o esforço dispendido, a população da Bahia jamais deixou de ser preponderantemente mestiça.

Por outro lado, na medida em que vão sendo impostas restrições ao tráfico negreiro, concomitantemente ao aumento da demanda de mão-de-obra no centro-sul, o encarecimento do escravo parece ter trazido alguma melhoria nas suas condições de existência, sendo-lhe concedida maior autonomia, tanto no campo quanto na cidade. Muitos senhores ofereciam a seus servos a possibilidade de cultivar a terra e dela auferir algum ganho para si próprios. Tal prática há de ter sido interessante sob o ponto de vista dos grandes proprietários de terra, no sentido de que se reduziam os custos de manutenção da escravaria - principalmente nos períodos mais desfavoráveis da economia agro-exportadora.

Quanto aos escravos domésticos - tanto urbanos como rurais - eram em geral bem tratados, desfrutando da intimidade da vida dos senhores. Trabalhavam também como vendeiros, carregadores ou artesãos. À semelhança dos trabalhadores livres, negociam contratos de trabalho, individual ou coletivamente; todavia, distinguem-se daqueles na medida em que se obrigavam a pagar aos senhores, parte da renda assim obtida. Disso resulta uma acirrada competição entre trabalhadores livres e escravos, pela conquista do escasso número de empregos existentes num mercado acentuadamente irregular. Por esta razão, mas também à proporção que o trabalho escravo deixa de ser rentável para os senhores, criam-se barreiras ao exercício de determinados ofícios por elementos servís, nas cidades. De todo modo porém, o assalariamento não chega a ser a forma dominante de remuneração do trabalho e mesmo quando ocorria, o salário era frequentemente complementado com bens de consumo - o que se observa ainda nos dias que correm (Mattoso, 1978, pg.168 - 292).

Salvador no século XIX abriga uma sociedade dominada por relações patriarcais, bastante semelhantes às que se verificavam no campo. Entretanto, tratava-se de uma estrutura relativamente flexível, onde as oligarquias empobrecidas acabaram-se cruzando com grupos intermédios em ascensão e convivendo mesmo com os mais pobres, que constituíam sua vasta clientela. Os grupos superiores eram integrados por altos funcionários civis, militares e eclesiásticos, pelas elites comerciais e agrárias. Mais abaixo, estavam funcionários de menor remuneração, pequenos comerciantes, agricultores, profissionais liberais e membros do clero. A terceira categoria é geralmente integrada por escravos recentemente libertos que juntamente com os homens livres mais pobres, exerciam uma variada gama de atividades, ligadas ao pequeno comércio e serviços. Por último, inseriam-se escravos, mendigos e congêneres.

Nesse tempo, a Bahia conta também com uma elite intelectual e política especialmente atuante no cenário nacional e que assim se mantém pelo menos até o final do Império. Em grande parte, isto se deve ao fato de que, anteriormente à independência, a grande maioria dos estudantes brasileiros em Coimbra é originária da Bahia; posteriormente, a participação das elites baianas nos gabinetes ministeriais do Império irá ser uma constante até meados do século. No interior da província, o debate político é bastante intenso, tendente à obtenção de maior autonomia para as classes dirigentes locais em relação ao governo central:

"No Brasil quem faz as eleições é o governo, mas na província da Bahia assim não acontece ... A Bahia repele toda e qualquer imposição do governo para candidatos." (Holanda, 1964, 4º, pg. 285).

A imprensa também é especialmente combativa, já antes da independência, veiculando os temas "quentes" da época.

Paralelamente, a partir dos anos 1840, a economia baiana conhecerá um novo período de relativa expansão, que se estenderá até 1860. A principal expressão dessa nova fase é a verdadeira "febre da criação de instituições bancárias" que acompanha um pequeno surto industrial — destacando-se estabelecimentos têxteis e fumageiros. Ao mesmo tempo ocorre a descoberta de diamantes na zona central da província (Calmon, 1978, pg. 91).

Mas no período 1860-1887, haverá nova depressão, associada à guerra do Paraguai e nova crise na agricultura. Assim a economia baiana vai cumprindo sua trajetória, em direção ao final do século.

Parte II - A Cidade divide-se em duas

*Aparentemente hã dois ritmos,
dois circuitos estranhos porêm,
de alguma forma, ligados.*

VIII

O final dos 1800 trará a abolição da escravatura, o que aparentemente não tem, de imediato, grande repercussão, quer a nível do consumo, quer da produção. Segundo Kátia Mattoso, o trabalho servil há muito que deixara de ser rentável — conforme sugere o crescente número de alforrias concedidas a partir de 1850 (Mattoso, 1978, pg. 280). Tampouco a abolição terá impacto significativo sobre o mercado interno, via assalariamento: uma vez "emancipados" os ex-escravos irão submeter-se a formas de exploração não muito diferentes da anterior. Aqueles que permanecerem no campo deverão continuar em economia natural, mediante o cultivo de pequenos pedaços de terra cedidos pelos senhores (Gorender, 1978, pg. 276). Assim os trabalhadores mantinham-se atados à terra, sem qualquer custo para seus proprietários, e disponíveis para uma eventual reincorporação à lavoura de exportação, quando se afigurasse um novo período expansionista. Em Salvador, quando não recorrerem à mendicância — é o caso da maioria dos emigrados do campo — permanecerão mais ou menos como estavam, isto é, agregados aos seus antigos senhores e/ou exercendo seus pequenos ofícios, pelas vielas estreitas da velha cidade.

Outro fato que distingue esse final de século é o "encilhamento", que vem animar a vida econômica baiana (como de resto, a de todo o Império) ao ampliar a disponibilidade de recursos para a atividade produtiva em geral — conquanto houvesse possibilitado também toda sorte de especulação financeira. Por essa época, criam-se inúmeras novas empresas. Segundo Calmon, "se houve muitas destas sociedades anônimas geradas com o plano preconcebido de criar títulos para jogatinas da bolsa, é certo que um bom número, embora vítima, na ocasião, da exacerbação dominante, era constituído com intuitos de realidade efetiva, sendo verdadeiros padrões de iniciativa feliz e oportuna". É o caso da Companhia Empório Industrial do Norte,

cujo titular, Luíz Tarquínio, ex-empregado de uma empresa comercial inglesa, pode ser considerado como símbolo de empresário "progressista", naqueles primórdios da industrialização no Brasil.

Nesse período, também o comércio exportador é bastante dinâmico, verificando-se a instalação de casas exportadoras nacionais e européias, dedicadas principalmente ao comércio do fumo. A indústria do açúcar também adquire uma certa pujança, contando-se no Estado, em 1899, mais de 20 usinas cuja capacidade total de processamento girava em torno de 5.000 toneladas diárias (Calmon, 1978, pg. 140).

Finalmente deve-se salientar a aceleração do crescimento da lavoura do cacau que conforme veremos adiante, deverá reforçar as características agro-exportadoras da economia baiana. A indústria, embora não chegue a firmar-se aí, era então a terceira do país, com 123 estabelecimentos, destacando-se aquelas dedicadas a fiação e tecelagem (Souza & Faria, 1980, pg. 33): a Bahia será, no final do século, o maior produtor brasileiro de têxteis.

Mas já em 1907, os dados do censo industrial revelam uma participação bastante modesta da Bahia (3,2%) sobre o valor da produção nacional (Singer, 1974, pg. 320), tendendo a declinar ainda mais, ao longo da primeira metade do século. Produzindo sobretudo bens de consumo para os trabalhadores (alimentos, bebidas e têcidos baratos), a indústria baiana jamais contou com um mercado muito auspicioso. Os pobres, quase sempre não assalariados, eram pobres demais. Os ricos definitivamente preferiam produtos estrangeiros. Disso resultava uma curiosa coincidência entre os itens de importação e aqueles fabricados no Estado. Com efeito, "não havia uma complementariedade no sentido em que nos dias atuais, empregamos o termo substituição de importações. O que havia era uma complementação

tação dentro do mesmo setor: importava-se o produto fino para as classes dominantes e fabricava-se o produto grosseiro para o uso da população em geral" (Sampaio in Bahia, 1979)

Além da facilidade do mercado interno, há que se considerar também a extrema sensibilidade da economia baiana a flutuações cíclicas e a curta duração dos períodos de ascenso, no decorrer do século XIX. Tais características teriam dificultado a sustentação do processo de acumulação regional. Assim, para os anos compreendidos entre 1787 e 1928, Kátia Mattoso sugere a seguinte periodização:

1. a) 1787/1821 - fase de ascensão marcada pelo estímulo à produção açucareira, tanto através de medidas fiscais quanto pela introdução de novas técnicas. Externamente, influem favoravelmente a conjuntura internacional de prosperidade, as guerras e a desorganização da produção antilhana.
- b) 1821/1842-45, depressão associada à escassez de mão-de-obra servil, à agitação social decorrente de movimentos nativistas, além da conjuntura internacional desfavorável, tendo em vista sobretudo os efeitos da substituição do açúcar de cana pelo de beterraba.
2. a) 1842 - 45/1860 - Recuperação ligada ao desenvolvimento do crédito e à ampliação da pauta de exportações - diamantes, algodão, café.
- b) 1860/1887 - Crise na agricultura de cana e algodão; escassez de crédito e acentuação do processo de transferência da mão-de-obra para a região do café; a partir de 1873, crise econômica também na Europa.

3. a) 1887/1897 - Reanimação da economia: melhoria de preço e volume das exportações de cacau e borracha, além da abundância de crédito, que precedeu o "encilhamento".
- b) 1897/1905 - Novo período de crise na agricultura de exportação: secas prolongadas e escassez de crédito. Por outro lado, a lavoura canavieira não se recupera; os preços do cacau flutuam muito e o fumo permanece em baixa.
4. 1905/1928 - recuperação da economia baiana, com a melhoria da cotação dos produtos agrícolas, estimulados pelos efeitos da I Guerra Mundial.

Além do fraco ritmo de capitalização, Rômulo Almeida assinala o declínio da influência política do Estado durante a República Velha, relacionando-o à carência de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial. Inicialmente baseada na disponibilidade de mão-de-obra e matérias-primas, num segundo momento a implantação de novos estabelecimentos estaria fortemente condicionada também à presença de condições infra-estruturais que acabariam por determinar a gradativa concentração industrial em áreas onde tais elementos fossem disponíveis. Daí seria possível depreender-se o caráter efêmero desse surto industrial que ocorre na virada de século, em vários pontos do país, para apresentar já nos anos 1910, os sinais de um precoce esgotamento. Enquanto isso, a indústria do centro-sul ganhará crescente significação, incorporando gradativamente as demais regiões brasileiras ao seu mercado consumidor, ao mesmo tempo em que exercerá forte atração sobre a mão-de-obra (Castro, 1971, pg. 106). Verificando-se uma melhoria geral nos transportes e comunicações interregionais, há uma crescente integração e diferenciação do sistema urbano brasileiro. Para a Bahia, isto terá fortes repercussões sobre o incremento populacional, o qual será inferior à taxa nacional durante o período 1900 - 1940 (ver quadro IV), como também sobre o perfil da

QUADRO IV

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS PRINCIPAIS CAPITAIS BRASILEIRAS E TAXAS DE CRESCIMENTO

(1900 - 1950)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				TAXA DE CRESCIMENTO			
	1900	1920	1940	1950	1900 1920	1920 1940	1940 1950	1900 1950
. Rio de Janeiro	811,443	1,157,873	1,764,141	2,377,451	1,79	2,13	3,03	2,17
. São Paulo	239,820	579,033	1,326,261	2,198,096	4,51	4,23	5,13	4,53
. Belo Horizonte	13,472	55,463	211,377	352,724	7,33	6,91	5,25	6,75
. Curitiba	59,755	78,986	140,656	180,575	1,40	2,93	2,53	2,24
. Porto Alegre	73,474	179,263	272,232	394,151	4,56	2,11	3,77	3,42
. Belém	96,560	236,402	206,331	254,949	4,58	0,01	2,14	1,96
. Recife	113,106	238,843	348,424	524,682	3,81	1,91	4,18	3,12
. Fortaleza	48,369	78,536	180,185	270,169	2,45	4,24	4,13	3,50
. Salvador	205,813	283,422	290,443	417,235	1,61	0,12	3,67	1,42
. Brasil					2,86	1,50	2,33	2,21

FONTE: IBGE, Sinopse Estatística do Brasil, 1972, apud Souza & Faria, 1980, pg. 29

1. Os dados estão sujeitos a diversas correções e devem ter interpretação meramente indicativa.
2. Taxas geométricas anuais (em %)

economia. A atividade industrial terá seu significado gradativamente reduzido, enquanto o setor agro-exportador volta a se constituir no eixo em torno do qual gira todo o resto (Faria, 1980, pg. 30).

Agora é a vez do cacau e assim, no início do século XX, a Bahia será o maior produtor mundial. Entretanto, na medida em que se organizam as plantações coloniais africanas, sua participação no mercado internacional vai diminuindo, ainda que a produção local cresça. Fazem-se sentir os efeitos da falta de infra-estrutura física e financeira destinada a sustentar o crescimento da lavoura cacaueira, diante de uma demanda crescente. Ao que parece, a cultura se desenvolve um tanto improvavelmente, com baixíssimo nível tecnológico, apesar de algumas tentativas isoladas de introdução de novos processos de cultivo, armazenamento e transporte do produto (Almeida, 1977, pg. 34 - 35). Tem-se então um quadro pouco auspicioso, onde a base primário-exportadora confere uma instabilidade crônica à economia, encontrando-se a indústria em acelerada decadência: em 1920, a participação da Bahia no produto industrial brasileiro não chega a 3%, enquanto que o valor da produção agrícola do Estado é de aproximadamente o dobro da industrial. No início da década de 1940 esta tendência apenas se acentua: a Bahia comparece com apenas 1,8% da produção industrial nacional.

A introdução do modelo de substituição de importações, será efetivamente um desastre para as classes dirigentes locais, que assim vêm sacramentada a sua perda de influência política (infelizmente haviam apoiado o candidato presidencial vencido pela Revolução de 30). Em seguida, são submetidas aos vexames de uma política cambial claramente contrária aos interesses agro-exportadores (Mariani, 1977, pg. 64).

A falta de dinamismo do setor agro-exportador de um modo geral, e a decadência secular de áreas monocultoras - em particular, o Recôncavo - terão impacto positivo sobre Salvador, no que tange ao crescimento demográfico, a partir dos anos 1940. Nessa ocasião os fluxos migratórios originários do interior do Estado se intensificam, ao mesmo tempo em que os favoráveis eflúvios de mais uma guerra e a expansão da demanda das indústrias do centro-sul revitalizam o comércio. Ademais, a ampliação do aparato burocrático governamental após 1930, também contribui para reforçar a função terciária da antiga capital, influenciando positivamente sobre o crescimento populacional registrado durante o período 1940/1950 (Souza & Faria, 1980, pg. 104 - 106).

Esta crescente terciarização da economia de Salvador ^{Será} será concomitante ao declínio do primeiro surto industrial brasileiro - ao qual Barros de Castro se refere como a "industrialização descentralizada" - com a consequente redefinição da divisão interregional do trabalho. Como se sabe, esta primazia do setor terciário em antigas áreas monocultoras, como o Recôncavo, quase sempre é a medida de sua pobreza e da falta de novas atividades capazes de imprimir maior dinamismo à economia.

Assim, Salvador deverá permanecer como um centro eminentemente comercial e prestador de serviços, em que pesem as iniciativas governamentais - sobretudo a partir dos anos 1950 - no sentido de promover o desenvolvimento industrial. Os resultados advindos dessa intervenção estatal, conquanto perfeitamente anômalos no quadro geral da economia regional, são bastante significativos.

A primeira manifestação dessa industrialização "por decreto" dá-se a partir da descoberta de óleo no Recôncavo e da instalação da Petrobrás na Bahia. A introdução de novas atividades, ligadas à prospecção e refino de petróleo, terão considerável

repercussão sobre a estrutura de emprego da região. Criam-se 13.000 empregos diretos, o que corresponde a mais de 1/3 da oferta de empregos industriais na área metropolitana de Salvador, em 1950 (Souza & Faria, 1980, pg. 38, 77). Ademais os salários oferecidos pela empresa estatal são relativamente altos - os melhores da região - embora seus efeitos sobre os padrões salariais vigentes não tenham sido tão perceptíveis. Da mesma forma, tampouco se fizeram sentir mudanças qualitativas muito importantes no parque industrial local, ao longo da década. Apesar do estímulo dado à construção civil e ao comércio, não se verifica o mesmo com relação às indústrias complementares. Mesmo no tocante à construção civil, embora haja uma multiplicação das empresas do setor, a maioria é de pequeno porte: apenas 5 das 30 empresas existentes empregavam mais de 100 operários, em 1955. A capital ainda concentrava então, mais de 60% da incipiente produção industrial do Estado, estando aí localizados 514 dos 956 estabelecimentos existentes, incluindo micro-empresas. Todavia, o produto industrial "per capita" de Salvador era praticamente inexpressivo, quando comparado às capitais do centro-sul, correspondendo a aproximadamente 1/8 do registrado em São Paulo e 1/3 do verificado no Rio ou em Curitiba. Ademais, a grande maioria dos estabelecimentos industriais de Salvador concentrava-se em ramos tradicionais (têxteis e alimentos) e, embora baseados na utilização intensiva de trabalho, apenas 3,5% empregavam de 100 a 200 operários. Assim, acaba sendo a indústria de materiais de construção o ramo de maior dinamismo, seguida de couros e peles, alimentos e bebidas (Santos, s/d, pg 1-3). De resto, a economia do Estado permanece ancorada nas exportações de matérias-primas. Bens manufaturados - dos quais 57% destinam-se ao consumo - são adquiridos a outros estados da Federação. Curiosamente, ao déficit, nas transações com o resto do país, corresponde um saldo amplamente positivo nas trocas da Bahia com o exterior.

Salvador conta então com uma população de aproximadamente 550.000 habitantes, cuja renda média é inferior à metade da verificada no país, tendendo a distanciar-se ainda mais. O que poderia vir a ser um eixo de transformações significativas - algo assim como um marco inicial da nova industrialização baiana, via intervenção estatal - não chega a transmitir maior dinamismo à indústria local. Com efeito, até a década de 1960, a Petrobrás será um pequeno "enclave" modernizante, no interior de uma economia pouco promissora.

Somente no final da década de 1960 é que se irá presenciar esta "nova industrialização", como um processo marcado pela intensificação da intervenção do Estado, através de incentivos fiscais e facilidades infra-estruturais. Assim têm origem o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari, cuja produção irá centrar-se em bens de capital, intermediários ou de consumo durável e cujo mercado estará quase sempre fora do Estado. Em todo caso, apesar das significativas dimensões desse parque industrial, são muito fracos os seus efeitos sobre as atividades tradicionais, que parecem permanecer como base da economia (Souza & Faria, 1980, pg. 80s). Entretanto, é preciso mencionar-se o novo impulso adicionado à construção civil e a inclusão de um segmento crescentemente mais sofisticado no setor terciário. Ambos os eventos estariam associados também à ampliação, via imigração, da faixa de consumidores de média e alta rendas, os quais de todo modo foram privilegiados durante o período do "milagre brasileiro" (1968-1974) e no qual se insere a "nova industrialização" baiana. Este processo irá modificar sensivelmente as relações entre Salvador e seu Recôncavo, que acabam por perder intensidade e significado, à medida que se fortalecem as ligações com o centro-sul e se define oficialmente uma área metropolitana - basicamente constituída por municípios considerados estratégicos para a expansão industrial. Também em decorrência da melhoria do sistema

viário, ao longo dos anos 1960, Salvador vai ganhando importância como polo de atração turística. Entre 1960 e 1970 há um considerável crescimento do equipamento hoteleiro de todo o Estado (cerca de 70%), sendo que no final do período, o município da capital irá concentrar pouco mais de 20% dos estabelecimentos ligados a alojamento e alimentação. De fato, no decorrer dos 1970, grandes empreendimentos serão realizados nesse setor, mediante apoio estatal, beneficiando-se notadamente o consumo suntuário. Mas a cidade toda é em verdade transformada, sob a ação de planos governamentais. As soluções urbanísticas adotadas são frequentemente no sentido de ocupar áreas vazias, cortar vales, desconcentrar o centro histórico. É sobretudo curioso o efeito dessas transformações sobre os referenciais do habitante: quase de repente, o longe ficou perto; a escala da cidade muda repentinamente como se houvesse sido construída uma outra Salvador, moderna e monumental, à revelia da primeira. Aparentemente há dois ritmos, dois circuitos estranhos, porém, de alguma forma ligados.

Parte III - A Cidade produz cultura

"... A autoridade deveria proibir
esses batuques e candomblés ..."

IX

Em que pesem as lamentações dos estragos feitos à cidade e aos seus guardados culturais, por essa parafernalia modernizante, e embora as transformações tenham-se dado um tanto abruptamente, o fato é que Salvador tem sido, ao longo de toda sua vida, palco de mudanças que atingem desde a sua configuração física às formas de expressão cultural. A cidade é também o porto, por onde transitam mercadorias e idéias há muito tempo. Os historiadores registram, por exemplo a influência dos contatos com viajantes estrangeiros sobre os movimentos políticos baianos no século XVIII (6) .

Na sua origem, a sociedade do Recôncavo é patriarcal, oligárquica, escravista e isto evidentemente tem um significado. Entretanto o que nos parece importante é verificar como se modificam (e até que ponto) alguns dos elementos constitutivos dessa cultura, diante de uma nova circunstância. Acreditamos que desta forma seja possível compreender as razões por que a Bahia - e especialmente Salvador - preserva uma especificidade cultural em que se atualiza o arcaico e ao mesmo tempo se absorve o elemento novo. A natureza dessa produção cultural começa a definir suas bases já no século XVII, durante o ciclo do açúcar, quando a sociedade se estrutura e diferencia a partir do modo de inserção de cada grupo na estrutura produtiva. Mas trata-se

(6) Sobre a influência do ideário iluminista do século XVIII, ver Kátia de Queirós Mattoso (1969, pg.133) e Affonso Ruy (1978). Os autores associam a presença de franceses no porto de Salvador, em 1797, à intensificação da propaganda revolucionária e posteriormente à fundação da sociedade secreta "Cavalheiros da Luz" - mentora da já mencionada Conjuração dos Alfaiates. Segundo Queirós Mattoso, a Bahia "encontrava-se em meio das grandes correntes ideológicas do mundo ocidental, apesar de policiada por uma metrópole que tentava mantê-la afastada".

também de uma estratificação racial: proprietários de terras, brancos; sua clientela, constituída de mestiços ou brancos pobres; finalmente os escravos, negros. Tal estrutura deverá se reproduzir na cidade onde a partir do século XVIII, os proprietários passam a residir, indo ao campo somente por ocasião do corte e moenda da cana (Bastide, 1959, pg.48 - 50). É portanto, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, já no declínio do ciclo, que os senhores do açúcar se sofisticam. À luz dos moldes culturais europeus, suas filhas estudam piano e francês; os filhos adquirem no exterior sua formação bacharelesca. Essa minoria branca e católica pretende ser no fundo, culturalmente representativa, ainda que à sua volta esteja uma população majoritariamente negra ou mestiça. De fato, a Bahia sempre manteve uma imensa maioria negra (cerca de 70% de sua população), pelo menos desde o século passado (Bastide, 1959, pg.63 e 1974, pg. 23 - 25).

Muito provavelmente, suas elites não eram tão brancas - pelo menos, culturalmente - quanto desejariam parecer. A partir daí cria-se um impasse pela recusa em assumir um elemento muito presente na sua formação mas, por outro lado, terrivelmente contraditório com os seus ideais. Daí resulta uma atitude um tanto ambígua, contraditória em relação ao negro e sua cultura: ora voltam-se piedosa e paternalisticamente para os pretos - desde que fossem modestos e inofensivos; noutros momentos, rejeitam sistematicamente o elemento de cor, suas formas de expressão e sobretudo, qualquer esboço de sua influência sobre os usos e costumes da sociedade branca.

Na prática, essa pretendida segregação, assim como a incolumidade de uma cultura de base européia, parece perfeitamente irreal. Quando as famílias da velha oligarquia se transferem para a cidade, a proximidade entre senhores e escravos domésticos é ainda mais inevitável, sobretudo se se considerar a reclusão em

que viviam a senhora e suas filhas. Aos domingos, saem todos à missa, com seus melhores trajes e adereços. Usualmente a prosperidade da família era avaliada pelo modo como se apresentavam os servos que por isso, desfilavam "vestidos de maneira tão complicada, se não tão cara, quanto o resto da família..." (Pierson, 1971, pg. 149). Evidentemente os maus tratos aconteciam, sobretudo no campo, quase sempre nos casos de faltas mais graves. Em muitos desses casos, o aparente responsável pelo castigo era o feitor mestiço ou preto - o que de certo modo diluía eventuais sentimentos de revolta contra o senhor. A este último, costumavam os escravos pedir a benção "em nome de nosso Senhor Jesus Cristo". As fugas e insurreições geralmente ocorriam entre os negros recém-chegados ou aqueles que menos conviviam com a família. A recompensa ao bom comportamento vinha em forma de uma certa mobilidade (transferência do campo para a casa, manumissão, etc.), enquanto os que se recusassem a assumir valores cristãos e ocidentais, mantendo-se teimosamente ligados às suas origens, não deveriam esperar muitas concessões. A estes últimos são creditados os vários movimentos insurreccionais levados a cabo durante o século XVIII até meados do século XIX, tais como as já mencionadas revoltas dos negros maometanos, cruelmente reprimidas.

De todo modo, o que se observa é que, se de um lado, a cultura negra logra penetrar, por força do contacto doméstico, na casa dos brancos, isto em geral ocorre de maneira fragmentária, não se observando propriamente um confronto, em que o elemento servil buscasse sua afirmação cultural; a maioria deverá tentar moldar-se às circunstâncias, procurando assumir ao máximo os valores e crenças dos senhores - posto ser esse o caminho oferecido a quem quisesse melhorar a vida. A atitude geral, entretanto difere imensamente da verdadeira resistência empreendida por alguns negros que não só procuraram manter vivas suas próprias crenças e rituais (ainda que não necessariamente pelo

uso da violência) como também recuperaram muitos elementos culturais perdidos ao longo do cativeiro, apesar de toda oposição oferecida pelos brancos e sobretudo pelos próprios negros.

Inicialmente, a conservação das instituições africanas e das peculiaridades de cada nação era até certo ponto estimulada pelo próprio Estado, como forma de manter acesos os antagonismos entre os vários grupos (7). A divisão de nações expressava-se sobretudo no exército, e nas confrarias religiosas. Mais tarde, possivelmente pelas restrições impostas ao tráfico (sobretudo após 1822 - 23), as etnias se diluem, embora muitas tradições continuem - agora não necessariamente como formas de expressão cultural dos indivíduos de uma nação. Observa-se então na Bahia, o predomínio da referência yorubana, sobretudo no aspecto religioso - onde se incorpora a influência do islã negro. Os yorubas parecem ter sido a presença dominante entre a população escrava urbana e a concentração há de ter favorecido a reconstituição dos seus padrões culturais. Ademais, possuíam uma religião bem mais estruturada que a dos bantos, por exemplo, cujo culto aos antepassados tornou-se inviável com a dispersão das linhagens. O culto yoruba, embora originalmente ligado tanto às linhagens quanto às confrarias, consegue manter-se no Brasil, e particularmente na Bahia, graças a estas últimas e mediante certas adaptações às condições ambientais (dispersão,

(7) Um documento firmado pelo Conde dos Arcos no início do século XIX, é bastante ilustrativo neste sentido:

"Batuques olhados pelo governo são uma cousa, e olhados pelos particulares da Bahia são outra diferentíssima (...). O governo, porém, olha para os batuques como para um ato que obriga os negros (...) a renovar as idéias de aversão recíproca que lhes eram naturais desde que nasceram, e que toda via se vão apagando (...) com a desgraça comum (...). Ora, pois, proibir o único ato de desunião entre os negros vem a ser o mesmo que promover, o governo, indiretamente, a união entre eles, do que não posso ver senão terríveis consequências (citado em Rodrigues, 1935, pg. 234 - 235)

imposição do cristianismo, etc). O candomblé yorubano terá portanto um papel fundamental na recuperação de identidade cultural dos negros da Bahia, possibilitando-lhes influência política, segurança e de certo modo, uma alternativa de mobilidade social, diante das barreiras oferecidas pela sociedade branca (Bastide, 1974, pg. 118).

A possibilidade de convivência com a cultura dos grupos dominantes dependerá de alguns mecanismos adaptativos. Utilizar-se-á, por exemplo, o calendário gregoriano de modo que, em meio às grandes festas cristãs - sobretudo aquelas derivadas do catolicismo popular português - pudessem realizar-se os antigos ritos africanos. Isto ocorre com o afoxé, procissão ritual do candomblé realizada durante o carnaval, confundindo-se assim com blocos e batucadas; o mesmo com relação à lavagem da igreja do Bonfim, que marca a abertura do ano litúrgico yoruba - com a cerimônia da água de oxálá, simbolizando a purificação. É efetivamente notável, por outro lado, o conhecido sistema de correspondência entre divindades africanas e santos católicos onde, segundo Bastide, correspondência não significa identificação, isto é, as pessoas realmente ligadas ao candomblé da Bahia estariam bem cientes de que Iansã não "é" Santa Bárbara, e assim por diante (8).

Em síntese, pode-se observar que esses grupos souberam utilizar-se dos espaços oferecidos pelo sistema de dominação patrimonial-paternalista de modo a não só se preservarem enquanto vertente cultural, mas influenciando decisivamente na formação de algo novo e relevante. É claro que esse componente africano se modifica, assim como a própria tradição européia dos seus

(8) Ver R. Bastide ("Le principe de coupure et le comportement afro-brésilien" apud M. I. Pereira de Queiroz, 1979):

"L'un et l'autre sont vrais dans leurs mondes respectifs, qui n'ont entre eux que des correspondences". "Il y a un autel catholique et un "peji" africain; ils peuvent se correspondre, ils ne s'identifient pas et ils jouent des rôles différents".

senhores. Como resultado dessas interpenetrações e transformações, resultaria o produto da terra - aquilo que se poderia chamar "cultura baiana", a qual parece ganhar maior expressão à medida em que os grupos dominantes tornam-se conscientes da intensidade com que esse componente popular, e sobretudo negro, permeia tudo. Entretanto essa tendência é relativamente recente e não se dá de maneira tranquila.

Há evidências de que, pelo menos até os anos 1930, a presença negra era uma vergonha imensa, registrada pela própria imprensa local, como nestes comentários publicados pelo "Jornal de Notícias", durante o carnaval, em 1901, 1902 e 1903 respectivamente:

"... A autoridade deveria proibir esses batuques e candomblés que, em grande quantidade, alastram as ruas nesses dias (...) assim como essa mascarada vestida de saia e torço, entoando o tradicional samba, pois que tudo isso é incompatível com o nosso estado de civilização (...) Demais, se o candomblé e o samba são proibidos nos arrabaldes e nas roças, como hão de campear dentro da cidade em um dia festivo...?"

"Ora, se nas festas carnavalescas passadas, quando o entusiasmo explodia à passagem dos clubes vitoriosos, monopolizando todas as atenções, esses grupos africanos despertavam certa repugnância, que será o carnaval de 1902 se a polícia não providenciar para que as nossas ruas não apresentem o aspecto desses terreiros onde o fetichismo impera, com o seu cortejo de ogans e a sua orquestra de canzás e pandeiros? "

"Se alguém de fora julgar a Bahia pelo seu carnaval, não pode deixar de colocá-la a par da África e note-se para nossa vergonha, que aqui se acha hospedada uma comissão de sábios austríacos que naturalmente, de "pena engatilhada" vai registrando estes fatos para divulgar nos jornais da culta Europa..." (in Rodrigues, 1935, pg. 236 - 238)

A perseguição aos candomblés mais retirados também será uma

constante após a abolição da escravatura, mobilizando não só a imprensa mas sobretudo a polícia, a quem frequentemente, zelosos cidadãos brancos irão oferecer seus préstimos, denunciando pessoas e lugares suspeitos. Apesar das invasões, apreensão dos objetos sagrados e prisões, o culto se mantém como parte da vida do povo e mesmo das elites dominantes. Estas, se em muitos momentos ameaçam e reprimem, noutros apoiam pelo menos o componente exótico/folclórico daquilo que no fundo temem ou no mínimo, respeitam. De todo modo, as relações com a polícia aparentemente sofrem poucas modificações ao longo da década de 1920 (9). Já nos anos 1930, é possível que se tenha verificado um certo abrandamento da repressão, associado à crescente influência da gente do candomblé junto às elites. Significativo é o fato de ter sido Salvador a sede de um congresso afro-brasileiro, em 1937. Nesta ocasião os congressistas enviam memorial ao Governador do Estado, reivindicando o reconhecimento oficial do candomblé como forma de expressão religiosa, nos termos da constituição brasileira. Na mesma época, as diversas seitas se agrupam na União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, superando as rivalidades no sentido de lutar por seus direitos e concomitantemente, zelar pela fidelidade às origens.

Por esta época já se observa uma nítida mudança no tocante à atitude da imprensa e ao comportamento público dos políticos locais.

(9) Em "Tenda dos Milagres", o romancista Jorge Amado aborda as perseguições movidas ao candomblé da Bahia, pelo folclórico delegado Pedrito Górdilho, cuja animada carreira culminará em outubro de 1930, dias antes da Revolução, quando acaba sendo nomeado chefe da polícia do governo Frederico Costa. Mal toma posse do cargo, cai com o governo deposto. Os azares de Pedrito serão posteriormente narrados em um clássico ABC de Lucas da Feira, que retrata o protagonista, preso, mostrando seu arrependimento pelas perseguições e malvadezas cometidas:

"Indefeso me entrego ao povo
Já não chego para quem quer (...)
Peço a todos me perdoem
Meus irmãos do candomblé".

Tomamos por exemplo, a matéria publicada no jornal "O Estado da Bahia", em 1938, sobre a morte de Mãe Aninha, ialorixá de um famoso terreiro de candomblé — o Axé de Opô - Afonjá, Comparando-se o texto a seguir com os apaixonados libelos do início do século, a que já nos referimos, percebem-se claramente os indícios dessa transformação:

"Os aficionados das seitas africanas sofreram uma grande perda com o falecimento ante-ontem da mais popular mãe de santo da Bahia — dona Eugênia Ana dos Santos (...)

"No dia 10 de outubro de 1937, com a presença de altas autoridades do Estado, o então prefeito Bezerra Lopes lançou a pedra fundamental do novo Axé de Opô-Afonxá, em substituição ao antigo "terreiro". Este novo Axé, todo em cimento armado, já se acha em grande parte construído, graças à ação infatigável de Aninha e dos ogans do centro Cruz Santa (...).

"Anteontem, às 3 da tarde, Aninha deixara de existir, entre o pranto inconsolável de todos os que ela amava e que a amavam, na sua roça de São Gonçalo. O seu corpo foi transportado, em automóvel, para a igreja do Rosário, no Pelourinho, onde ficou exposto à vista pública" (in Pierson, 1971, pg. 340)

É muito provável, por outro lado, que esta nova postura das elites locais com relação às manifestações da cultura negra tenha sido grandemente influenciada por um crescente interesse em torno das expressões culturais "exóticas", entre os anos 1930 e 1950, nos meios acadêmicos internacionais. A presença de cientistas sociais estrangeiros (Bastide, Pierson, Verger) que aí deverão dedicar-se a estudos e pesquisas acerca dos negros da Bahia, deve ter contribuído para apaziguar a torturada consciência da grande maioria, relutante em assumir o

estigma que representava viver numa terra de pretos. Tudo isso certamente favorece a "délivrance" ; as seculares possibilidades culturais são pouco a pouco retomadas, da literatura às artes plásticas, da religião às festas populares, ocupando o espaço a que tinham direito . O incremento do processo de urbanização, o desenvolvimento das comunicações e do turismo vêm também informar essa produção, emprestando-lhe uma outra dinâmica e novos significados, contribuindo também para a ultrapassagem do âmbito regional, do lugar das coisas preservadas intramuros, à revelia do tempo, intocadas. A Bahia deverá mudar, entretanto mantendo sua especificidade, que tudo tem a ver com a cultura negra. Esta, pela sua extraordinária plasticidade, alternando resistência/acomodação, consegue efetivamente recuperar e manter suas bases de identificação. A partir daí, essa sua presença só deverá crescer ao inserir-se em um marco estético que é também contemporâneo.

Em que pesem o interesse superficial pelo exótico e suas sequelas - uma espécie de reducionismo tatibitate da cidade ao festivo cartão-postal - mas também por causa disso, Salvador recupera a si própria e adquire nova significação para o resto do país. Particularmente interessante nesse processo serão as décadas de 1950 e 1960, quando temas e autores da terra adquirem notável expressão em movimentos ligados à música, ao cinema e às artes plásticas. Foi o tempo da bossa-nova, do cinema novo, da tropicália, quando se descobrem e redescobrem coisas da Bahia. O que resulta não é uma produção cultural propriamente negra ou branca, provinciana ou cosmopolita, arcaica ou contemporânea, porém muito próxima disso tudo. Elementos que se juntam, entretanto não se confundem. Mantêm-se as antigas marcas, enquanto o novo é incorporado e tudo segue em movimento - o que foi e o que será. Daí talvez se possa compreender o significado da Bahia hoje.

O novo poderia ser considerado como o produto do final dos 1950 em diante. Concomitantemente à euforia nacional-desenvolvimentista, surge o cinema novo, propondo uma "linguagem alternativa", retomando temas nacionais e populares e subsumindo-os a determinados padrões estéticos cuja matriz ideológica se aproxima de um populismo, à esquerda. Durante a década seguinte, o movimento deverá difundir-se pelo Brasil, sobretudo São Paulo, Bahia e Minas. Na Bahia, por esta época, constitui-se uma nova "elite" cultural, articulada, por um lado, a tendências que se manifestam no resto do país mas, por outro, estreitamente ligada à região. Ademais, algumas condições especiais favorecem a intensa movimentação desse grupo de pessoas que, modestamente, pretendia transformar a Bahia no maior centro cultural do país. A recém criada universidade e os ambiciosos projetos do seu reitor - que patrocinou a vinda de nomes importantes para comporem os quadros das suas escolas de dança, música e teatro - certamente contribuíram para a animação geral. O ciclo baiano do cinema novo foi por certo, produto dessa atmosfera que favorecia o "livre pensar" e a intuição: "não havia uma visão de cinema integrada a conceitos teóricos. A gente queria se expressar e não sabia como (...). Muitos de nós tiveram uma origem rural (...). Tivemos de saída uma capacidade existencial de compreender as nossas famílias. E surgíamos como uma nova geração, com a característica de pensar diferente dos poetas que se reuniam na Academia Baiana de Letras". (10).

Eram pessoas muito jovens, uns meninos de colégio que de várias formas foram lançar-se aos mais variados ofícios, como aprendizes de feiticeiros. Meninos espertos, caíram de chofre sobre a cidade, desarrumando a cena do pequeno burgo soteropolitano. Auto-nomeados herdeiros da tradição retomada a partir de Gregório de Mattos e Guerra, vão fazer poesia, teatro música, cinema; dinamizam a imprensa, atizando os debates "contra o doutorismo, a oratória, a mitologia de praça pública, contra

(10) Depoimento de Rogério Duarte in Gerber, 1977, pg. 22 - 24.

a gravata e o bigode" (Gerber, 1977, pg. 23), Glauber Rocha, Calazans Neto, Paulo Gil Soares, Sônia Coutinho, Clarival do Prado Valladares ...

Glauber será o grande agitador de coisas, exortando a nova geração a superar a falta de prestígio e "presença" política da Bahia em relação ao país - a condição provinciana, saudosista. "Eu acho que ele funcionou naquele momento, quando a sociedade baiana estava gasta, como um transformador de energia (...) Ele já sentia urgência de uma linguagem viva". Acreditava-se na derrota do provincianismo "in loco". Mas afinal, a província é bem maior. Os baianos emigram. Posteriormente, Nelson Pereira dos Santos irá referir-se ao cinema novo como a presença de Glauber no Rio de Janeiro. Ele será, com efeito, um crítico violento às concepções dominantes no seio da esquerda brasileira, ao populismo, às propostas de aliança, à fetichização do povo e às várias unanimidades nacionais usualmente veiculadas pelo CPC (11), cujas concepções estéticas e ideológicas contestava. Possivelmente, Glauber "pressente o futuro através da tradição, instala a modernidade dentro das formas arcaicas de um passado ainda vivo", e é justamente neste ponto que o cinema de Glauber Rocha se articula com o movimento tropicalista.

Tudo recomeça: outros meninos do interior chegando à capital músicos, poetas, cantores de brincadeira, vêm do Recôncavo e do sertão, trazendo suas malas, suas memórias de bandas, de bailes, baiões e samba de roda. Memórias de urbano & rural: o rádio, Sílvio Caldas e João Gilberto. "Tinha contato direto com a música brasileira de baile que é influenciada pelo jazz ... No interior da Bahia, a gente chamava orquestra de baile de "jazz", jaze, como eles chamavam. Quer dizer, eu tinha um contato inconsciente com as coisas de "jazz" já transformadas, já subdesenvolvidas. O jazz estava em toda parte..." (12) O grupo do qual

(11) Centro popular de Cultura, órgão ligado ao Ministério da Educação.

(12) Caetano Veloso - entrevista de 20.08.67, in Mello, 1976, pg. 191.

posteriormente tem origem o movimento tropicalista (Caetano Velloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Maria Bethania e Tomzê), irá formar-se em Salvador por volta de 1964, no teatro Vila Velha, cantando antigas canções populares, contrapostas a composições recentes. "Era uma tentativa de dar uma visão mais inteira ao processo de modernização da música brasileira que, nessa época, era muito recente".

Depois de algumas idas e voltas, a "troupe" acaba vindo de mu dança para o centro-sul. Alguns poetas meio desgarrados - Capinan, Torquato Netto e o pessoal da poesia concreta, que então constituía a vanguarda literária paulistana - juntam-se a eles. De todo modo fica sempre muito nítida a sua ligação com a Bahia, com o que se havia feito lá, anteriormente. Caetano Velloso pode ser "um traço de união entre a época de Glauber na Bahia e o que veio depois (...). Inclusive "Tropicália" é uma música imediatamente ligada ao cinema de Glauber" (13).

Todo o país se agitava nesse tempo de 1966, e a música popular produzida então, encontrava nos grandes festivais, sua caixa de ressonância. A primeira fase da bossa nova aparentemente se esgotara em sua fórmula "amor, dor & flor", após ter alcançado êxito internacional. Por outro lado, acontecimentos políticos internos acabam por conduzir a música popular brasileira a ou tros rumos. Decretara-se uma espécie de volta às origens, às formas pré-bossanovistas. Essa tentativa de retorno vem marca da pela contestação, não somente ao nível formal mas também assumindo conteúdo eminentemente político. É tempo da música "engajada" - as canções de protesto. Cai o balanço zona sul, entra a pobreza nordestina. A forma simples e enxuta da bos sa-nova é renegada, passando-se a explorar estruturas musi cais tidas como mais próximas da cultura popular. O auge dessa tendência acaba sendo o que se batizou de "música de festival", verdadeiros poemas épico-sinfônicos, geralmente construídos a

(13) Depoimento de Rogério Duarte em Gerber, op.cit, pg. 21.

partir de temas folclóricos, que gradativamente irão se tornando mais compridos e mal-humorados, caindo para um certo rebuscamento. De todo modo, quase sempre essas surpreendentes construções lítero-musicais eram amenizadas por um refrãozinho mais fácil, que acaba levando o fôrensi às galerias. A fórmula resultou enfim, bem sucedida e devidamente premiada. Tudo foi caminhando desse jeito durante uns tempos e era assim como se um grupo de pessoas ajuizadas tivesse chamado a si a missão de salvar a cultura nacional, ameaçada por todos os lados. Já nessa época, Caetano Velloso demonstrava uma percepção um pouco ao contrário dessa coisa decidida: "Só a retomada da linha evolutiva pode nos dar uma organicidade para selecionar e ter um julgamento de criação. Dizer que samba só se faz com frigideira e um violão sem sétimas e nonas não resolve o problema (...). Aliás João Gilberto para mim é exatamente o momento em que isto aconteceu: a informação da modernidade musical utilizada na recriação, na renovação, no dar um passo-à frente, da música popular brasileira." (in Campos, 1978, pg, 636)

Já então muitos fatos estavam por acontecer mas- quem diria ?- nada parecia estar ao nível de subverter a ortodoxia chauvinista dos ventos dominantes. Com efeito, ninguém esperava o que aconteceu logo no ano seguinte, quando o grupo de baianos invadiu o festival, fazendo tudo parecer tão antigo, tão pouco verdadeiro. Foi sobretudo uma canção de Caetano, o que pegou todo mundo de surpresa: ninguém sabia muito bem o que fazer com "Alegria; Alegria".

As pessoas simplesmente se emocionaram - mesmo porque não deu tempo de pensar nem de explicar o que era aquilo. Talvez uma colagem, um poema áudio-visual urbano : todo mundo "viu" Caetano Velloso andando por uma grande avenida, de cara para o sol de quase dezembro, passando através de capas de revistas e de cores, pensando coisas, relaxadamente, molemente. Todo

mundo achou isso bonito e vivo; então, o povo começou a cantar — façanha pouco provável em se tratando de algum dos delirantes poemas épicos habituais.

Entretanto, talvez por força da "mã-consciência" da esquerda institucional, a alegria dura pouco. Um ano depois, 1968, a cantoria do auditório transforma-se na estonteante vaia, especialmente deferida a Caetano Velloso. O evento é comentado a seguir, por Augusto de Campos: "É preciso ter a coragem de dizer que aqueles que insultaram a mil vozes o cantor só nos deram um espetáculo do mais tolo e racional histerismo coletivo; que aquele público juvenil instigado por um grupo fascistóide, tapado e stalinista (o novo C.C.C.) teve a comunicação com a mensagem musical obturada, bloqueada, por preconceitos pueris que lhe foram insuflados (...). Mas, apesar de tudo, a vaia teve um mérito: conseguiu dar vida e participação real ao texto de Caetano, possibilitou-lhe dizer não ao não e contestar no ato aos seus agressores ("vocês vão sempre, sempre matar os velhos inimigos que morreram ontem" e "se as idéias que vocês têm em política são as mesmas que vocês têm em estética, estamos feitos)". (Campos, 1978, pg. 267).

Ironicamente, a canção chama-se "É proibido proibir". Ninguém gostou. O autor também admite hoje não gostar muito dela mas de todo modo, daí em diante os eventos mais importantes deverão ter lugar fora dos festivais. 1968 será o ano de Tropicália, um anti-movimento que era também qualquer coisa: barroco, romântico, dadaísta, folclórico, antropofágico, e possivelmente, revolucionário. Embora devidamente enterrado pelos seus supostos mentores — que tendiam a vê-lo como algo passageiro — o tropicalismo ainda é algo vivo, de certo modo. Resultou sendo uma referência, talvez porque nada tão forte tenha acontecido depois disso, como também, muito provavelmente, pela sua riqueza de possibilidades. Mais que moda ou movimento

musical, expressava uma atitude, um jeito de lidar com a vida, suas circunstâncias e contradições. A sua evolução posterior demonstra que não se tratava simplesmente de uma entronização alegórica do absurdo brasileiro - característica que parece marcar os primeiros momentos do grupo, quando retoma a tradição anterior. Esse inventário algo debochado é todavia, marcado por uma atitude positiva ou no mínimo, bem humorada, diante do passado deste país. O instante inicial do tropicalismo, com toda a sua força ou violência, teve pelo menos o saudável efeito de levantar a poeira e expor antigos fantasmas à luz do dia. É claro que nessa operação, tudo ficou meio absurdo e as reações oscilaram entre o desconforto complacente e o escândalo irremediável dos mais ortodoxos, intuitivamente apegados à redundância de uma estética "déjà-vue" - pois afinal, tudo era mesmo tão perigoso ...

Aparte o conteúdo mesmo do movimento ou a qualidade do trabalho desenvolvido posteriormente pelo grupo, o tropicalismo foi algo representativo do momento e capaz de influir sobre os padrões culturais do Brasil urbano, entre os anos 1960-1970. Tropicalismo era a princípio um modo de relacionar-se com a realidade.

De outro lado, o movimento vinculava-se imediatamente à Bahia, tomada enquanto possibilidade de renovação, a partir da aceitação das origens - desde "quando Pero Vaz Caminha ...", conforme está dito em "Tropicália", a canção-manifesto do grupo. Não por coincidência, a partir daí a Bahia, e particularmente Salvador, é redescoberta, enquanto lugar de produção cultural contemporânea - o que se torna possível talvez por estar lá o começo de toda a história.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Tomando-se uma cidade como resultado social, tem-se que seu significado, dado pela produção cultural que lhe é pertinente, é também uma expressão histórica das relações sociais no espaço urbano. Retomar Salvador relacionando-a ao processo de produção de cultura, resulta portanto na procura dos seus significados, ao longo ao tempo.

Essa busca deve-se localizar para além dos estereótipos, além da eterna festa, da perfeita harmonia de cartão postal. Folclorizar uma cidade é esterilizar sua cultura e sua história. Embora a distinção entre cultura e ideologia ainda suscite certo desconforto a nível teórico, parece ser extremamente necessária, em se tratando de distinguir o fato cultural ligado à história de um povo, suas origens e suas lutas, do pastiche mercadológico, para consumo rápido, em grande escala. Vatapá e Carnaval vendem bem.

Esterilizar as possibilidades criadoras de um povo, neutralizar seus guardados e apagar sua memória não são coisas impossíveis: basicamente é preciso retirar a produção cultural do contexto histórico, fazê-la brotar do nada, ligá-la ao acaso, torná-la "manifestação autônoma de uma raça" ou efeito do clima. Estabelecida a nova semântica, resta elaborar o discurso eficiente, convincente, e tudo será como se fosse.

Que a história de Salvador tenha resultado relações de poder francamente desiguais e de interesses conflitantes, é possível demonstrar. Todavia isto não parece ser suficiente, tampouco - além de requerer uma reconstituição extremamente mal-humorada da

história dessa cidade. Considera-se que houve coexistência, interação e interpenetração cultural, ainda que esses processos não tenham tido sempre um curso normal e sossegado, sobretudo em se tratando de uma sociedade escravocrata. Não há escravidão macia; entretanto há indicações de que a convivência entre senhores e escravos tenha tido momentos de distensão e abrandamento, tornando possíveis as trocas culturais.

É claro que os grupos dominantes moldaram basicamente a cidade, através de suas instituições e do seu poder. Contudo, seu "projeto cultural" não se completa, em Salvador, em que pese a força das armas e das ideologias - incluindo a do "branqueamento" e correlatas (Skidmore, 1976, pg.81-86, 219s). Uma economia tão instável que erige e destrói fortunas, subitamente atacadas de empobrecimento cíclico, as boas famílias do Recôncavo "associam-se" a seus escravos, permitindo-lhes trabalhar fora da casa e confiscando-lhes parte dos ganhos auferidos. Diante da pobreza circunstancial dos senhores, relativizam-se os padrões e os conceitos. No interior dos casarões senhoriais, a convivência se faz normalmente, entre a família e os escravos domésticos. Há espaço para conversas sem fim, troca e reelaboração de significados. São senhores e escravos e isso define uma relação de desigualdade. Entretanto, os donos das armas não são sempre e claramente vencedores; tampouco os oprimidos seriam, por definição, destinados ao aniquilamento.

A natureza da produção cultural dificilmente pode ser alcançada a partir de esquemas simplificadores ou voluntaristas. A cultura é por certo, um campo de disputas. Mas há sempre algum espaço de negociação, a partir do qual pode surgir uma base de significados comuns, relativamente articulada, capaz de gerar um processo cultural compartilhado.

Os dominados foram capazes de resistir culturalmente, através de múltiplas estratégias, mantendo, readaptando, reelaborando e rearticulando elementos culturais em função das condições históricas

e da correlação de forças mais ou menos desfavorável; mesmo em épocas de maior intolerância, mantiveram sua influência, deixando marcas concretas sobre a cidade e a sociedade.

Uma cidade que foi capital no tempo em que era mais fácil "vir de Lisboa recado" a outras capitais do que da Bahia, acaba entretanto por tornar-se efetivamente a sede do poder colonial e o grande porto da América Portuguesa, daqueles tempos. Além do porto, os caminhos por onde passam homens, mercadorias, homens - mercadorias - fazem de Salvador uma janela para o resto do mundo. Uma cidade de negros animistas; uma cidade que festeja seu cristianismo barroco em templos de ouro, onde fausto e decadência se alternam - memórias superpostas no espaço de Salvador.

O que diferencia Salvador de alguma outra cidade barroca, ancorada na monocultura-exportadora, escravocrata, aristocrática? O que efetivamente especifica Salvador hoje?

É possível encontrar-se dentre outras cidades brasileiras, condições semelhantes às que ali se verificam, em cada momento histórico. Contudo, aquilo que se produziu alhures foi diferente - diria, não com o mesmo significado e intensidade. A diferença de outras cidades quinhentistas, Salvador jamais viveu a completa decadência. O "abalo da mudança da capital", o declínio do ciclo do açúcar, o relativo empobrecimento, períodos mais ou menos difíceis são de alguma forma suportados e superados sempre, num processo em que a cidade conhece transformações, mantendo entretanto certos traços bem marcantes que afinal são a sua especificidade - sua cultura.

A natureza dessa produção cultural estará nitidamente associada à existência de uma base urbana, possibilitada pela instalação do Governo Geral e pelas ligações da capital colonial com o interior do país e o exterior. Ademais, a capital será também capital regional - principal centro comercial e de serviços, durante o ciclo do açúcar.

A transferência da capital é um fato inserido num quadro mais amplo, onde se colocam muitos outros elementos definidores de uma nova condição. Salvador perde o "status" de sede de Governo, entretanto continua a ser importante sob vários aspectos, inclusive politicamente. A remoção do aparato burocrático governamental, em bora houvesse mesmo determinado o seu surgimento, não ~~lhe retira~~ as possibilidades de expansão. A cidade reinventa modos de sobrevivência à proporção que se modificam as circunstâncias exteriores e as suas próprias, continuando de algum modo, a influir econômica e politicamente sobre o que se passa "extra-muros".

Esta penetrabilidade ao exterior parece marcar todo o tempo, a sua vida. Será uma cidade barroca, não à maneira dos monumentos preservados, mas como forma viva que se mantém, movimenta e transforma; cujo presente é também (mas não só) produto do seu passado.

Este jeito de se fazer cidade permeia tudo: a configuração físico-espacial, a produção da riqueza, o modo como se organizam as relações sociais e a cultura. Considerando tal processo, pretendemos encontrar uma via possível de interpretação - um fio de realidade por onde se possa caminhar em direção a um objeto meio mítico.

A capital que deixou de ser, não se perdeu, abriu-se; seus cantores saíram mundo afora, duvidando das súbitas rupturas. Falaram sobre a retomada do fio, o situar-se no tempo: perceber o que ficou e o que está sendo, para enfim tornar-se, ultrapassar-se.

~~Por-que vieram de-lá, esses cantores? Talvez porque lá estejam o~~ Barroco - a marca do tempo; o Porto - sugestão de possibilidades; e os Barcos - em movimento

B I B L I O G R A F I A

- . Almeida, Rômulo B. de - "Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio". Planejamento, v.5,nº 4 Salvador: Fundação de Pesquisas - CPE, 1977.
- . Althusser, Louis. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado" Lisboa: Presença, 1974 .
- . Alves, Rubem A. - "Le Retour du Sacré" Archives de Sciences Sociales des Religions, nº 47 Paris: CNRS, 1979.
- . Azevedo, Thales de - "Povoamento da Cidade do Salvador". Salvador: Itapuã, 1969.
- . Bahia, "Habitação e Urbanismo em Salvador". Salvador: Fundação de Pesquisas - CPE, 1979.
- . Bastide, Roger - "Brasil Terra de Contrastes". São Paulo:DIFEL, 1959.
- . _____ "As Américas Negras". São Paulo:DIFEL/USP,1974.
- . Calazans, José - "A Revolução de 1930 na Bahia".Salvador:UFBA, 1980.
- . Calmon, Francisco M.de Goês - "Vida Econômico-Financeira da Bahia(1808-1899)".Salvador:Fundação de Pesquisas - CPE,1978.
- . Campos, Augusto de - "O Balanço da Bossa & Outras Bossas".São Paulo: Perspectiva, 1978.
- . Carneiro, Édison - "Ursa Maior". Salvador: UFBA, 1980 .

- . Castro, Antonio B. de - "7 Ensaaios Sobre a Economia Brasileira". São Paulo: Forense, 1971.
- . Durham, Eunice R - "A Reconstituição da Realidade". São Paulo : Ática, 1978.
- . Ellis Jr., Alfredo - "O Ouro e a Paulistânia". São Paulo:USP, 1948.
- . Faoro, Raimundo - "Os Donos do Poder". Porto Alegre:Globo/USP, 1975.
- . Fry, Peter - "Para Inglês Ver". Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- . García, Nestor - "As Culturas Populares no Capitalismo". São Paulo: Brasiliense, 1983.
- . Gerber, Rachel (coord.) - "Glauber Rocha". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . Gorender, Jacob - "O Escravismo Colonial". São Paulo:Ática,1978.
- . Gramsci, Antonio - "Concepção Dialética da História". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- . Guimarães, Emmanuel Ribeiro - "Evolução da Economia Bahiana". Planejamento, v. 5, nº 4. Salvador:Fundação de Pesquisas - CPE, 1977.
- . Holanda, Sérgio Buarque de(ccord.) - "História Geral da Civilização Brasileira". São Paulo: DIFEL, 1962.
- . Mariani, Clemente - "Análise do Problema Econômico Baiano". Planejamento, v. 5, nº 4. Salvador: Fundação de Pesquisas - CPE, 1977.

- . Mattoso, Kátia M. de Queirós - "Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798". Bahia: Itapuã, 1969.
- . _____ - "Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX". São Paulo: HUCITEC/Prefeitura Municipal de Salvador. 1978.
- . Mello, José Eduardo H. de - "Música Popular Brasileira". São Paulo: Melhoramentos/USP, 1976.
- . Mont'Alegre, Omer - "Açúcar & Capital". Rio de Janeiro. MIC/IAA, 1974.
- . Pang, Eul-Soo - "Bahia's Planters Elites and their Attempt to Modernize Agriculture - 1842 - 1888". Vanderbilt University, 1974.
- . Pierson, Donald - "Branços e Pretos na Bahia". São Paulo: Nacional, 1971.
- . Pinho, Wanderley de - "História Social da Cidade do Salvador, 1549 - 1650". Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1968.
- . Queiroz, Maria Isaura Pereira de - "Os Catolicismos Brasileiros" Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 4. São Paulo, 1971.
- . _____ - "Os Anos Brasileiros de Roger Bastide". Cadernos CERU, nº 10. São Paulo, 1977.
- . _____ - "Principe de Participation et Principe de Coupure". Archives de Sciences Sociales des Religions, nº 47. Paris: CNRS, 1979.
- . Reis, João José - "A Elite Baiana face aos Movimentos Sociais - Bahia - 1840". Separata da Revista de História, nº 108, 1976.

- . Reis, Fº, Nestor Goulart Reis - "Evolução Urbana do Brasil, 1500/1720". São Paulo: Pioneira, 1968.
- . Ribeiro, Darcy - "Os Brasileiros. Livro I - Teoria do Brasil" Petropolis: Vozes, 1983.
- . Robson, B.T. - "Urban Analysis". Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- . Rodrigues, Nina - "Os Africanos no Brasil". São Paulo: Nacional, 1935.
- . Ruy, Affonso - "A Primeira Revolução Social Brasileira - 1798". São Paulo: Nacional, 1978.
- . Santos, José Luis - "O que é Cultura". São Paulo: Brasiliense, 1983.
- . Santos, Juana Elbein - "Résistance et Cohesion de Groupe" - Archives de Sciences Sociales des Religions, nº 47. Paris: CNRS, 1979.
- . Santos, Milton - "Fatores que Retardam o Desenvolvimento da Bahia: A Falta de Indústrias". Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Mimeo, s/d.
- . Schwartzman, Simon - "São Paulo e o Estado Nacional". São Paulo: DIFEL, 1975.
- . Schwarz, Roberto - "O Pai de Família e Outros Estudos". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- . Skidmore, Thomas E. - "Preto no Branco". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- . Singer, Paul - "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana". São Paulo: Nacional, 1974.

- . Souza, Guaraci Adeodato A. de & Faria, Vilmar (org.) - "Bahia de Todos os Pobres". Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.
- . Théry, Hervé - "O Vale de São Francisco: Uma Região Subdesenvolvida e sua Valorização" - Ciência & Cultura, vol. 32, nº 8. São Paulo: SBPC, 1980.
- . Valladares, Clarival do Prado - "O Negro Brasileiro nas Artes Plásticas". Cadernos Brasileiros nº 47, 1968.
- . Velho, Otávio G. - "O Fenômeno Urbano" - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- . Vilhena, Luis dos Santos - "A Bahia no Século XVIII" - Salvador Itapuã, 1969.
- . Zemella, Mafalda P. - "O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII". São Paulo: USP, 1951.